

A formação de partidos não é uma actividade livre, está condicionada ao que for a estrutura do campo político. Não basta a vontade e a convicção, é preciso que haja interesses sociais que aceitem ser representados para que um partido exista. E mesmo que haja vontade e convicção de um protagonista político com prestígio, mesmo que haja interesses sociais que podem aceitar ser representados por esse partido, ainda é necessário que os outros partidos, já instalados ou em vias de formação, não consigam, ou não queiram, resistir à formação desse partido.

A estruturação de um sistema de partidos é o resultado complexo da articulação entre a convicção e a vontade de personalidades fundadoras dos partidos (que identificam uma oportunidade de expressão de valores políticos e assumem a responsabilidade de proporem e estabelecerem uma identidade partidária que concretize essa oportunidade, associando interesses sociais a uma posição política e a um programa) e um específico campo político onde já existem outras expressões de valores políticos diferenciados (que também se traduzem em organizações partidárias e que irão defender os seus espaços políticos próprios, as suas posições e as suas representações de interesses sociais, tentando impedir a entrada de um novo concorrente).

Na medida em que o campo político tem uma certa estrutura, que resulta do modo de representação dos interesses existentes nessa sociedade, os partidos que existem nesse campo político expressam culturas políticas próprias que são parte da cultura política dessa sociedade. Na sua acção política, cada partido opera num referencial temporal do presente e do futuro, como é normal nos processos de decisão e de concretização de programas. Porém, como cada partido também se insere na cultura política da sociedade, cada cultura partidária revela uma linha de continuidade com o passado, com os seus sucessos e os seus fracassos, ainda que sejam diferentes os protagonistas, as questões a que tiveram de responder nesses outros períodos e até a designação dessa posição partidária.

Campo político e criação de partidos

Quando um campo político já está estruturado, é remota a possibilidade de criação de novos partidos que sejam relevantes, que venham a atingir o estatuto de partido com vocação governamental. Em geral, a formação de um novo partido em campos políticos estruturados tem de respeitar condições rígidas. Ou resulta da cisão de um partido já existente, ou decorre da exploração da oportunidade para a formação de um partido de pequena dimensão que, por defender valores regionalistas ou temas programáticos específicos, se proponha aliar-se a um partido maior para ganhar relevância por proximidade do poder, ou aparece defendendo temas políticos novos, associados a uma nova diferenciação de posições políticas, referenciando-se a novas clivagens. Isto é, a possibilidade de alteração do formato de um sistema partidário num campo político estruturado pressupõe que haja uma crise dessa estruturação e que a introdução de um novo elemento, ou a conversão de um elemento já existente, ofereça a oportunidade de reestruturar esse campo político.

Pelo contrário, é na fase de fundação de um regime político, depois de uma crise de grande intensidade, que tenha alterado o campo político e provocado o colapso do anterior sistema partidário, que se vai estabelecer uma nova delimitação de espaços no campo político, com um novo tipo de objectivos e com um novo sistema de diferenciações, permitindo a implantação dos partidos e a estruturação do sistema partidário. Emergindo de uma crise de descontinuidade, a fundação de um novo regime político, com o seu campo político específico, precisa de partidos que estruturam a sociedade em função de um novo sistema de valores e de um novo tipo de clivagens, estabelecendo um novo mapa para o campo político. Emergindo da descontinuidade produzida pela mudança de regime, os partidos que se formam nessa fase inicial são fundadores dessa nova organização do campo político, o que lhes oferece uma vantagem importante em relação a posteriores candidatos à inclusão nesse sistema partidário. Num regime democrático pluralista, a formação de novos partidos é sempre possível, em abstracto; em concreto, porém, são os partidos fundadores aqueles que têm condições mais favoráveis de continuidade, porque foram eles os que configuraram o campo político e são eles os que, estando implantados, têm o direito de preferência que lhes oferece a iniciativa de se reorganizarem sempre que a evolução política, ou uma crise política, instabilizam ou alteram o campo político em que foram originariamente formados.

Um sistema de partidos representa as posições e os interesses diferenciados que existem num campo político – mas estas posições e interesses só encontram representação eficaz através de um sistema de partidos. Sem as organiza-

ções partidárias, que formulam os programas traduzindo os interesses que representam e seleccionando agentes políticos para participação em eleições, os grupos sociais que têm esses interesses não encontrariam representação política e esses seus interesses não teriam expressão política. É esta relação biunívoca que estrutura o campo político, quando há uma mudança de regime, quando se trata de configurar um campo político que teve uma descontinuidade depois da crise do regime anterior. Mas também é esta relação entre partidos e interesses sociais que mantém em aberto a possibilidade de aparecer uma desconexão entre partidos e interesses sociais, quando a evolução da sociedade altera as condições de concretização desses interesses e os partidos que os representam não actualizam as suas formulações programáticas de modo a responderem a essa evolução das questões políticas.

Descontinuidades políticas e sistema partidário

A descontinuidade que vai gerar uma mudança de regime produz vencedores e vencidos, o que se traduz na formação de novos partidos e numa nova hierarquia de interesses sociais. Os vencedores, que estabelecem o novo regime, vão estruturar o campo político através de um sistema partidário onde a hierarquia dos partidos vai ser estabelecida pela sua correspondência com a nova hierarquia dos interesses sociais, desfavorecendo os que antes estavam na posição de privilegiados. Mas os vencidos, mesmo nos casos em que forem excluídos ou perseguidos, não deixam de existir, pelo menos como memória das suas posições políticas passadas. Se o novo regime, confrontado com as consequências da evolução política, revelar dificuldades na concretização dos seus objectivos, ou se aproximar de um novo ponto de descontinuidade, os interesses de grupos sociais que ficaram relegados para posições inferiores na hierarquia dos valores políticos ganham novas possibilidades de expressão e podem mesmo ser reabilitados até ao ponto de passarem a ter uma representação partidária – em novos partidos ou por conversão interna dos partidos existentes.

As oportunidades de alteração das identidades e do número de partidos, nesse específico sistema partidário, dependem da qualidade da visão de personalidades políticas que, perante os problemas gerados pela evolução das questões e dos problemas políticos, identificam a possibilidade da formação ou da refundação de partidos. Essa possibilidade torna-se evidente quando há acumulação de questões e de problemas políticos que não encontram resposta adequada nos partidos existentes, reconstituindo-se assim um contexto de vizinhança da descontinuidade que é idêntico ao que esteve na origem desse regime político e desse sistema partidário que estruturou o campo político.

É este processo de retorno ao que já se conhece que ilustra o paradoxo de um sistema partidário poder vir a gerar um contexto que ameaça a sua continuidade, uma eventualidade que fora expressamente recusada no processo da sua configuração originária – mas que o sistema de relações que se desenvolveu depois entre esses partidos veio a reconstituir, como se as prevenções e as prudências iniciais tivessem sido esquecidas ou nunca tivessem sido compromissos firmes.

Cultura política e culturas partidárias

Este é um paradoxo aparente, que se resolve quando se introduz a dimensão da cultura política na análise do processo de formação de um sistema partidário e de estruturação de um campo político, dentro de um específico regime político. A cultura política de uma sociedade é uma dimensão que condiciona o modo como os interesses sociais se afirmam e que exerce a sua influência para além do que são as construções programáticas dos diversos partidos. Se estes são necessários para que os interesses sociais tenham uma representação no sistema político, o modo como os partidos traduzem essa representação no campo político, o modo como concretizam a acção política, não se limita à expressão racionalizada desses interesses e à negociação da sua conflitualidade. Os interesses sociais e, em especial, os grupos de interesses organizados podem operar através de diversos partidos simultaneamente, podem penetrá-los de modo a terem uma representação reforçada através de protagonistas políticos de diferentes partidos, aumentando assim as possibilidades de verem satisfeitos os seus objectivos. Neste caso, a estruturação do campo político que é feita pelos partidos, com as suas posições e os seus programas, é distorcida por uma outra estruturação, informal, induzida por grupos de interesses organizados. Esta não é uma relação institucionalizada, sujeita a observação e a escrutínio, não compete em eleições, mas pertence a uma expressão poderosa de uma cultura política, é o modo como os interesses sociais se manifestam no campo político.

Esta estruturação política secundária e oculta estabelece uma relação relevante com a estruturação política formal e institucionalizada. O sistema de partidos vai ser condicionado pela relação que cada partido estabelece com estes grupos de interesses organizados, que operam como redes de influência e de protecção. Estas redes influenciam a decisão dos protagonistas políticos, mas também lhes oferecem a protecção para que possam continuar a sua actividade mesmo que percam eleições, mesmo que as suas acções não tenham como resultado o que anunciaram que era possível e que apresentaram como sendo o seu objectivo – desde que tenham satisfeito as solicitações e as pressões das redes de interesses e protecção.

Isto é, esta estruturação política secundária e oculta distorce a regra essencial da democracia – que é a possibilidade de afastar os que falham, sem para isso ter de recorrer à violência –, porque esses que falham podem afinal ser reconduzidos na sua acção política ou podem continuar a participar na formação da decisão política, mesmo que tenham sido afastados pelos eleitores, desde que beneficiem da protecção das redes de influência. A distorção atinge mesmo um grau superior quando o efeito destas redes de influência e protecção se traduz na diluição, ou no desaparecimento, das diferenciações entre partidos, ao ponto de os eleitores perderem a sua possibilidade de escolha, ficando obrigados a escolher sempre o mesmo, apesar da sucessão de fracassos.

A coexistência de duas estruturações políticas, uma institucional e outra oculta, não tem efeitos importantes na fase de fundação de um regime político e do seu sistema partidário, na medida em que esse é um período marcado pela fluidez das relações políticas e pela afirmação de critérios de diferenciação entre posições partidárias. É com a passagem do tempo que a captura da estruturação formal pela estruturação informal vai ganhando peso, porque a acumulação de desequilíbrios e de problemas que não são resolvidos provoca a diluição das diferenças partidárias até se estabelecer um padrão de partido único, dentro do qual se concentram as diversas redes de interesses e de protecção que operam na sociedade. Este é um resultado explicável por esta articulação entre dois modos de estruturação política que coexistem e se interrelacionam, mas o seu efeito perverso (que é natural em ditadura, mas inesperado em democracia – o que dificulta o seu reconhecimento em tempo útil) de diluição das alternativas políticas tem de ser explicado no contexto de uma específica cultura política característica dessa sociedade ou dessa região cultural.

Em abstracto, todos os sistemas de partidos têm a mesma condição de estruturação. Dentro de uma cultura política, os partidos preenchem o campo político ocupando os espaços de representação correspondentes aos interesses sociais que se expressam nesse quadro cultural. Em concreto, porém, todos os sistemas partidários são diferentes, seja por efeito das particularidades da cultura política dessa sociedade específica, seja por efeito do modo como os partidos existentes ocupam os espaços de representação do campo político, seja por efeito do modo como as personalidades políticas, em cada época histórica, identificam as oportunidades de representação que são abertas pela evolução das questões e dos problemas políticos. Os partidos integram-se nessa cultura política: mesmo nos processos históricos de integração regional em famílias partidárias ou de internacionalismo militante em redes mundiais, as «filiais» nacionais desses partidos internacionalistas continuam a revelar singularidades nacionais, justamente porque são sensíveis à cultura política dentro da qual operam.

Os partidos actuam dentro de uma relação competitiva: o que cada partido pode fazer ou pode propor depende do que forem as posições e as propostas dos outros partidos que com ele coexistem nesse sistema de partidos. A evolução histórica, alterando as questões políticas e os problemas a que a política tem de responder (das estratégias de modernização às condições de sustentabilidade dos dispositivos que asseguram os objectivos das políticas distributivas ou de correcção das desigualdades), obriga a alterar os modos de expressão dos partidos existentes, o que abre novas oportunidades sempre que algum destes partidos não responda, com rapidez e eficácia, a essa necessidade de adaptação a novas condições de acção.

Em abstracto, o processo de configuração da cultura partidária dentro da cultura política da sociedade é sempre o mesmo: o partido é uma representação parcial de uma cultura política que delimita o campo de expressão de cada partido mas que, ao mesmo tempo, determina as condições de resolução da competitividade entre os diversos partidos. Em concreto, porém, a análise das culturas partidárias tem de considerar a sua singularidade (o modo como estabelece a sua referenciação a uma cultura política nacional), a sua potência competitiva (como defende ou expande o seu espaço de representação dentro das condições definidas pela cultura política da sociedade), a sua capacidade adaptativa (como responde à evolução das condições gerais de acção no campo político em termos que sejam compreensíveis dentro dessa cultura política) e o modo como articula a dimensão formal e institucional da acção política com a dimensão informal e oculta das pressões e solicitações (como integra as redes de influência e protecção).

A análise das culturas partidárias em Portugal deverá, portanto, associar cada partido à cultura política da sociedade portuguesa (tal como ela foi sendo moldada ao longo da história e dos exemplos de sucesso e de fracasso de propostas e programas políticos em sucessivos regimes políticos e sistemas partidários), associar cada partido ao modo como estabelece a resposta às questões e problemas que a evolução da sociedade lhes coloca (o que significa que uma mesma cultura partidária tem de responder a distintos tipos de problemáticas, ao longo do tempo, sem perder a sua identidade – o que também implica que o peso dessa identidade condicionará as suas posições futuras), associar cada partido ao que tem de formular e apresentar para se diferenciar dos outros concorrentes que operam no mesmo campo político (e assim preservar o seu estatuto de cultura partidária, isto é, de sistema de valores e de padrões de interpretação do campo político que suportam a identidade desse partido) e, ainda, explicitar o modo como cada partido integra ou repudia as redes de interesses e protecção (na medida em que pode existir uma cultura oculta no que é a cultura formal do partido).

Sistema de partidos e culturas partidárias

Uma cultura partidária é um sistema de valores, é um padrão de interpretação do que são as possibilidades de acção, é uma posição de um partido que se relaciona interactivamente com outras posições de outros partidos, de outros sistemas de valores e de outros padrões de interpretação do que é o campo de possibilidades, mas também é uma narrativa específica desse partido, um cenário com o seu horizonte de concretização e uma história com os seus heróis e os seus acontecimentos de referência.

Numa acepção lata, há um sistema de partidos (no sentido em que partidos são partes que se relacionam dentro de um campo político) em qualquer regime político, mesmo naqueles que não permitem a organização de partidos. Onde houver facções, grupos de influência, personalidades marcantes que servem de pontos de referência para os diversos interesses que se manifestam na sociedade, há protopartidos que resultam de culturas políticas diferenciadas, concorrenciais e conflituais dentro da cultura política nacional. Mas é no regime democrático que a plena expressão dos partidos, como suportes organizados de legitimação do exercício do poder político, é parte integrante da concretização dessa específica cultura política nacional. Neste sentido, é no quadro da cultura política democrática que melhor se pode observar a formação e a interacção competitiva, em alianças ou em confrontos, das diversas culturas partidárias. No entanto, esta melhor visibilidade das culturas partidárias em regime democrático não deve fazer esquecer as linhas de continuidade que essas culturas partidárias têm com períodos em que a forma política não era democrática: se então os partidos não existiam, já existiam as raízes das culturas partidárias que, quando se entra num contexto de regime democrático, vão encontrar a sua tradução em partidos organizados e com consciência da sua identidade (de que fazem parte as suas raízes históricas anteriores à democracia e à institucionalização dos partidos).

É isso que permite considerar que as culturas partidárias estão latentes na sociedade, resultam da cultura política, existem mesmo antes de os partidos se constituírem formalmente, persistem mesmo quando muda a designação dos partidos e estes, na sua evolução e nos seus sucessos ou fracassos, são agentes activos da actualização, da mudança e da modernização dessas culturas partidárias. Se os partidos se definem primariamente pela competição e pela conflitualidade ou aliança com outros partidos, eles também se definem secundariamente pela reflexão que fazem em relação à sua própria identidade, sobre o que é a sua cultura partidária específica, sobre o que é a sua compatibilidade com a evolução da sociedade, sobre o que é o seu lugar na cultura política da sociedade.

No caso concreto de Portugal, a comparação entre os três períodos de livre manifestação das culturas partidárias – a monarquia constitucional, a fase republicana e a fase democrática – revela uma efectiva continuidade das expressões partidárias e das suas bases sociais de apoio e de representação, como também evidencia uma inesperada continuidade nas questões e bloqueamentos políticos a que o sistema de relações entre partidos, e entre os partidos e os grupos sociais, conduziu em três períodos históricos muito diferentes. Não sendo razoável pensar-se que circunstâncias tão diferentes, como são as que se encontram nestas três fases da história política portuguesa, poderiam provocar contextos de crise de tipo idêntico, terá de se aceitar que são as continuidades nas culturas partidárias que transformam causas diferentes em consequências semelhantes.

Esta articulação entre as culturas partidárias e a cultura política da sociedade é um elemento importante para se interpretar a coexistência, no campo político português, de uma estruturação formal (com o seu sistema de instituições e o seu sistema de partidos) e de uma estruturação latente e oculta (com o seu sistema de redes de influência e de protecção, capturando e condicionando as relações entre partidos e o exercício concreto do poder). É a interferência dessas redes de defesa de interesses e de influência da decisão política que vai diluir as diferenças das culturas partidárias, e esbater as suas identidades até conseguirem anular a possibilidade de escolha (e de exercício da regulação democrática) por parte do eleitorado.

O especial relevo que tem o Estado na cultura política portuguesa é o elemento crítico nesta articulação entre partidos, redes de interesses, decisores políticos e eleitorado, na medida em que a penetração nos circuitos de decisão do Estado – dos ministérios às administrações do funcionalismo público – é um processo mais expedito para quem tem interesses a defender do que a competição entre partidos para a formação do poder em democracia. Mas há um custo inevitável para este tipo de articulação entre as culturas partidárias e a cultura política em Portugal: quanto mais eficaz for a penetração das redes de interesses e protecção no interior dos partidos e do sistema institucional de decisão, menos eficazes serão os dispositivos de regulação e mais provável será que a evolução política acumule desequilíbrios e não se concretizem os objectivos anunciados e legitimados pelas escolhas dos eleitores – ou seja, mais provável será a formação de crises políticas.

Os critérios de decisão das redes de interesses e protecção estabelecem-se para horizontes de curto prazo ou para sucessivos curtos prazos que se vão adicionando, nem sempre de modo linear, mas certamente em permanente adaptação às circunstâncias. Não são trajectórias reguladas pelo critério da sustentabilidade a longo termo, estão centradas na necessidade da viabilidade da

actividade que permita continuá-la no período seguinte, no prazo imediato. As motivações das redes de interesses e protecção não formam uma condução política, não geram uma estratégia para a sociedade (porque prosseguem objectivos particulares), mas a sua trajectória errática, em função das oportunidades, acaba por provocar a diluição das diferenças entre os partidos dentro dos quais estas redes operam, até se chegar à estrutura paradoxal do partido único (porque todas as diferenças desapareceram) ou de um único partido com condições para governar (outros partidos podem existir, mas nenhum deles pode exercer o poder sem ser em aliança com o partido que concentra no seu interior a maioria das redes de influência ou, pelo menos, as mais importantes) – o paradoxo que foi produzido pelos sistemas partidários portugueses em três períodos históricos distintos, na monarquia constitucional, no período republicano e no período democrático.

A análise das culturas partidárias no sistema político português será desenvolvida em três perspectivas. A primeira é a perspectiva do regime político, com a identificação das funções dos partidos na forma política da democracia. A segunda é a perspectiva das posições dos partidos, com relevo para a diferenciação entre esquerda e direita, um dos indicadores centrais da separação das culturas partidárias. A terceira perspectiva é a da acção política dos partidos, com as suas histórias eleitorais e as suas estratégias de modernização, com as avaliações de sucesso e de fracasso na concretização das narrativas que apresentam e que são o produto principal das respectivas culturas partidárias. Uma vez clarificadas estas três perspectivas, será possível estabelecer uma avaliação objectiva da situação actual do sistema partidário português, observando-o em função dos critérios de continuidade, de descontinuidade, de regeneração e de refundação.

Democracia, partidos e regulação

Das três formas políticas básicas – tirania, oligarquia e democracia – a forma política democrática é a que se constituiu como um sistema de regulações e nisso fundamentou a sua superioridade em relação às outras formas políticas. Em geral, qualquer sistema político é um sistema de regulações porque tem de estruturar e de orientar interesses diferenciados, que podem ser divergentes até ao ponto de haver conflitualidade. Tanto na oligarquia (onde o poder é exercido por um grupo restrito que se atribui um estatuto de superioridade, legitimador do seu exercício do poder), como na ditadura (onde o poder é centralizado num único protagonista que se legitima a si mesmo), o poder efectivo é o que resulta da utilização de um referencial de avaliação que estabeleça as condições de continuidade do poder – seja porque a sociedade considera que evoluiu favoravel-

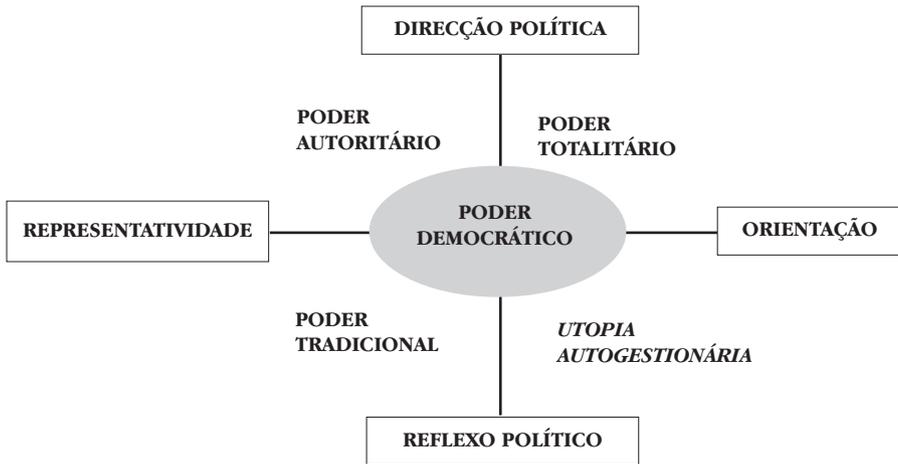
mente sob essa orientação política, seja porque não encontra motivação suficiente para se revoltar e derrubar esse poder instalado. Pelo contrário, a democracia é a forma política que considera como estruturação central do poder a condição da sua substituição: o seu principal dispositivo de regulação, as eleições (livres, em períodos regulares e com sufrágio universal), tem por finalidade substituir os que, para os eleitores, falharam no exercício do poder e devem ser substituídos, sem que para isso seja preciso recorrer à violência.

A forma política democrática pode ser vista como o resultado da experiência histórica de sociedades que não se podiam libertar de poderes que se afirmavam como superiores (por legitimidade divina, por afirmação da superioridade patrimonial ou técnica, por imposição da força militar) sem ser através de acções de violência. Em contraposição a estas formas políticas, que se apresentam legitimadas pela superioridade dos que são detentores do poder, a democracia é uma forma política estruturada na sociedade comum, é a legitimidade estabelecida pelo eleitorado que atribui, sempre de modo condicionado e provisório, a superioridade ao que vai ser detentor do poder – até que o mesmo eleitorado, sem precisar de usar a violência, decida substituí-lo. A forma política democrática procura ser a resposta aos bloqueamentos conhecidos das outras formas políticas e terá justificação nessa sua pretensão desde que respeite o princípio da regulação que está na sua origem. A forma política democrática não é, em si mesma e em cada momento, superior – outros critérios de legitimação do poder podem ser apresentados sem que, em função do que forem essas circunstâncias, se possa decidir em favor da forma democrática de modo absoluto. A justificação relativizada da democracia é inerente à sua fundamentação. Quando faz a sua escolha, o eleitor comum não tem a certeza de estar a escolher os melhores, mas sabe que pode corrigir essa escolha se ela não se revelar satisfatória e num prazo curto. A superioridade da democracia prova-se no modo como resolve o fracasso – mas isso também implica que uma democracia que não é eficaz a resolver o fracasso já se transformou numa oligarquia e pode estar a evoluir para uma tirania.

A geração das formas políticas

A geração das formas políticas pode ser apresentada nos dois quadros seguintes que consideram diferentes possibilidades de organização política da sociedade, começando pelos tipos de poder e, depois, analisando a correspondência desses tipos de poder com as dinâmicas evolutivas das sociedades. Estes são os quadros de referenciação onde se estabelecem as experiências que vão estruturar a cultura política da sociedade, o modo como a sociedade observa o poder

Tipos de poder político



e o modo como forma as suas expectativas sobre o que são os quadros de possibilidades abertos pelo exercício do poder.

As duas dimensões que determinam o tipo de poder político são o seu grau de dirigismo ou de mero reflexo dos equilíbrios existentes na sociedade, por um lado, e a sua dependência da representatividade ou a sua afirmação da orientação, por outro. Uma sociedade que veja o poder político como responsável pela conservação da sociedade tal como ela existe, por um lado, e que exija que esse poder respeite as condições da representatividade, por outro lado, será uma sociedade que rejeita a mudança e se pretende manter idêntica a si própria, pelo que irá produzir um poder tradicional, no duplo sentido de ter a sua legitimidade baseada na tradição e de ter como proposta estratégica central a reprodução dos equilíbrios tradicionais da sociedade. Onde as preferências sociais forem no sentido da combinação da representação de interesses sociais com uma direcção política forte, habitualmente personalizada, para assim gerir os equilíbrios entre esses grupos de interesses, o tipo de poder é autoritário. O poder totalitário poderá parecer próximo do poder autoritário, mas não é, pertence a uma natureza diferente, no sentido em que abandona a relação de representação para associar o dirigismo político com uma orientação estratégica forte, que não tolera a dissensão e que impõe o controlo pelo poder político de todos os sectores da sociedade. Ainda é possível identificar um quarto tipo de poder neste referencial, que seria, ao mesmo tempo, um reflexo da sociedade e um sentido de orien-

tação estratégica forte: é a autogestão, com a sociedade a conduzir-se politicamente a si mesma e estabelecendo as suas instituições em função dos problemas políticos que tem para resolver – uma utopia hiperdemocrática e participativa que não encontrou concretização estável em exemplos históricos.

Neste referencial, o poder democrático surge como o lugar geométrico dos outros quatro tipos de poder, no sentido em que incorpora os quatro termos das duas dimensões, mas rejeitando os seus quatro extremos. É nesta aceção que se pode dizer que a democracia, como tipo de poder político, é o resultado da reflexão crítica sobre os outros tipos de poder político possíveis, procurando evitar os seus extremos mas sem os abandonar de modo absoluto. A democracia é um sistema de procedimentos que tem por finalidade regular os extremos das expressões do poder – e com o argumento que é desse modo que se obtém a condição essencial do poder eficaz.

Estes diferentes tipos de poder determinam as condições da evolução das sociedades, na medida em que para se reproduzirem com formas estáveis de poder é necessário que a evolução das sociedades não ultrapasse as condições genéricas de controlo político. É o que se pode ver no quadro da página seguinte.

O poder de tipo tradicional só é possível em sociedades de evolução lenta, com reprodução dos códigos de comportamento tradicionais, com estruturas tribal e simbólica fortes que mantêm a sociedade unida, com uma expressão fraca do poder político – mas que só se poderá manter se houver condições para manter a sociedade isolada, imune às influências do exterior. O poder de tipo autoritário pressupõe que a sociedade tenha uma evolução contida, para assim manter os equilíbrios económicos e sociais que esse tipo de poder tem de representar e preservar para se afirmar de modo autoritário – sempre com o limite de não perturbar esses equilíbrios básicos. Mas o poder autoritário não é um poder tradicional, tem de propor e gerir estratégias de mudança e de modernização – sempre com a preocupação de não produzir desequilíbrios que instabilizem a sua base social de apoio. O poder totalitário, em contraste com o poder autoritário, tem a sua base de legitimidade associada a uma mutação rápida da sociedade, geralmente com episódios de violência e terror (para neutralizar a possibilidade de resistência da sociedade a essas mudanças), e com dificuldades na transição dos protagonistas do totalitarismo quando, por morte ou por diminuição do ritmo de modernização, têm de ser substituídos no interior do mesmo grupo que ocupa os lugares do poder. O poder autogestionário, sem exemplos concretos significativos (o caso da Jugoslávia, que se designou a si mesmo como autogestionário, foi uma singularidade produzida pelas circunstâncias e que não resistiu à alteração das condições que o tornaram possível), revela, nesse vazio de concretização, a sua inviabilidade prática.

Tipos de poder político e dinâmicas sociais



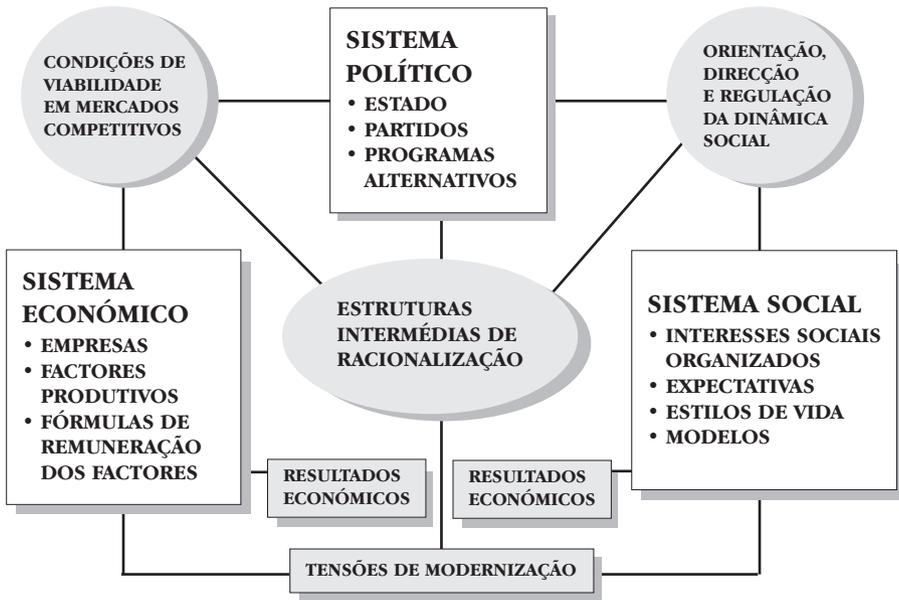
O poder democrático gera uma sociedade de evolução auto-sustentada – e só é possível onde houver essa condição de equilíbrio dinâmico ou de efectiva correcção dos desequilíbrios que forem ocorrendo com a evolução da sociedade. A democracia é compatível com diversos níveis de desenvolvimento económico, mas não é possível onde a regulação dos desequilíbrios não for eficaz. Mesmo uma sociedade com elevado nível de desenvolvimento tem de recorrer a formas autoritárias ou de restrição de liberdades quando é confrontada com desequilíbrios acentuados e não controlados, como acontece nos casos de crise económica grave ou de conflito militar. A continuidade da democracia está dependente da eficácia dos seus dispositivos de regulação, justamente porque pode afastar os que fracassam e porque produz alternativas para substituir as orientações estratégicas que não obtêm os resultados anunciados.

O campo político

O papel crucial (e crítico, no sentido em que é vital para a continuidade da democracia ou para a sua crise) da regulação pode ser considerado a partir do quadro das articulações num sistema democrático que estabelecem as ligações entre a política, a economia e a sociedade, na configuração do campo político, onde se expressam as relações políticas.

O campo político interno, onde se efectivam as decisões e as estratégias

O campo político



que constituem o exercício do poder, é o resultado complexo da articulação de três sistemas – o político, o económico e o social – e dos dispositivos de regulação que permitem controlar e corrigir os desequilíbrios que se manifestem em qualquer destes sistemas e nas suas interrelações. O campo político real, porém, tem de considerar os efeitos externos, que se revelam tanto na forma de oportunidades como de ameaças, que exercem uma influência crescente à medida que se passa de uma estruturação do campo político, centrada no Estado nacional e nos seus poderes de regulamentação administrativa, para uma estruturação do campo político influenciada pelas normas comparativas e pelos critérios de eficiência no padrão de modernização da globalização competitiva.

Os elementos considerados em cada um destes três sistemas dependem do tipo de análise que se desenvolve. Quando se analisa o sistema partidário, como neste texto, os elementos a ter em conta no sistema político são as instituições, aparelhos e órgãos administrativos do Estado, os partidos e os programas alternativos que, representando interesses sociais distintos, estabelecem as condições em que as disputas pelo poder e pela decisão política vão ser definidas. No sistema económico, deverão ser consideradas as empresas, os factores produtivos e

as fórmulas de remuneração dos factores, na medida em que esses são os indicadores das especializações sectoriais, das aplicações dos factores e dos equilíbrios distributivos que contribuem para o aumento do crescimento potencial ou, pelo contrário, prejudicam a modernização e a capacidade competitiva. No sistema social, os elementos a considerar são os interesses sociais organizados, as expectativas formadas em relação ao que são os quadros de possibilidade nesse período histórico, os estilos de vida que são escolhidos ou que são impostos pelas circunstâncias, os modelos culturais distintos que coexistem numa sociedade e que estabelecem visões do mundo diferenciadas. Entre o sistema económico e o sistema social há tensões geradas pelas estratégias de modernização, porque o ritmo de mudança na economia não é o mesmo que o ritmo de mudança da sociedade, do mesmo modo que as necessidades da produção podem não ser compatíveis com as expectativas de distribuição.

Estes são os elementos de análise necessários porque permitem estabelecer as interrelações entre os três sistemas, de modo a identificar o produto específico do sistema político, quando este tem de conduzir politicamente a evolução da sociedade, assegurando a viabilidade económica e a sustentabilidade da dinâmica social. Esse produto específico do sistema político tem de usar, como indicadores e como meios instrumentais, os resultados económicos gerados no sistema económico e no sistema social, no sistema produtivo e no sistema distributivo, nas aplicações de capitais e nas transferências de rendimentos. Mas também tem de usar o contributo de estruturas intermédias de racionalização, que realizam a função primária de regulação nas relações económicas e nas relações sociais, de modo a que o poder político só tenha de actuar quando houver desvios de trajectória a corrigir ou quando for necessário promover uma dinâmica mais rápida na economia e na sociedade. Onde estas estruturas intermédias de racionalização forem eficazes, o seu funcionamento realiza as tarefas primárias de regulação e a sua diversidade é promotora da variedade de alternativas para cada tema de estratégia de modernização e para cada política pública – condições necessárias para que a escolha democrática se possa exercer.

Nas sociedades tradicionais do arco cultural indo-europeu, estas estruturas intermédias de racionalização organizaram-se em torno das três funções básicas do agricultor, do guerreiro e do religioso, ou a subsistência, a defesa (ou a conquista) e a produção de sentido, consistindo o exercício do poder na articulação destas três funções. Nas sociedades modernas, estas três funções básicas diferenciaram-se em múltiplas áreas especializadas, mas o trabalho de racionalização e de regulação continua a ser constituinte do exercício do poder – dos órgãos de comunicação às instituições religiosas, dos centros de investigação aos operadores financeiros que gerem a mobilidade dos factores, dos construtores de narra-

tivas aos organizadores de centros de defesa de interesses económicos e sociais específicos. Se não existissem estas estruturas intermédias de racionalização, o poder político ficaria separado da economia e da sociedade, não haveria estruturação do campo político e não poderia haver condução estratégica da economia e da sociedade.

Na democracia, entendida como a forma política que opera como um sistema geral de regulação, o papel das estruturas intermédias de racionalização é mais essencial do que na oligarquia ou do que na tirania, na medida em que estas outras formas políticas concentram a regulação num pequeno grupo ou num só protagonista, de cujo talento e sorte tudo depende. Nas formas políticas que não são democráticas, a concentração do poder tem como contrapartida a redução da variedade de narrativas, de projectos, de respostas aos problemas políticos, o que resulta em trajectórias mais instáveis, mais propícias a crises súbitas e a bloqueamentos de que só se sai pelo recurso à violência. Na forma política democrática, pelo contrário, a diversidade das entidades de regulação tem como finalidade facilitar a passagem de propostas que não têm sucesso para outras linhas de acção até se poder encontrar uma resposta adequada. São múltiplos os níveis de regulação da democracia, desde a base constituída pelo eleitorado, até ao topo que é ocupado pelo chefe de Estado, a quem é atribuído, na generalidade dos sistemas políticos democráticos, o poder de assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas, um poder-dever que não pode deixar de ser exercido.

Partidos políticos e regulação

Nesta articulação e nesta hierarquia de níveis de regulação, os partidos políticos são a parte fundamental para o bom funcionamento dos dispositivos de regulação na esfera política. Para os partidos que têm vocação de governo, as suas posições e as suas propostas integram a possibilidade de virem a exercer o poder político, o que implica que não devam anunciar estratégias e objectivos que não possam concretizar: há uma auto-regulação pela via da responsabilidade, mas que também constitui um critério a respeitar por todas as narrativas políticas. Os partidos que têm apenas a finalidade de representarem interesses específicos (partidos tribunícios, partidos temáticos ou partidos de classe e de religião) estão obrigados a considerar com realismo o que é o seu campo de possibilidades, para não conduzirem os seus representados para iniciativas ou para exigências que não tenham condições de sucesso: há uma auto-regulação pela via da relevância, porque a apresentação de propostas ilusórias acabará por ser punida com a transferência das relações de representação desses interesses sociais específicos para

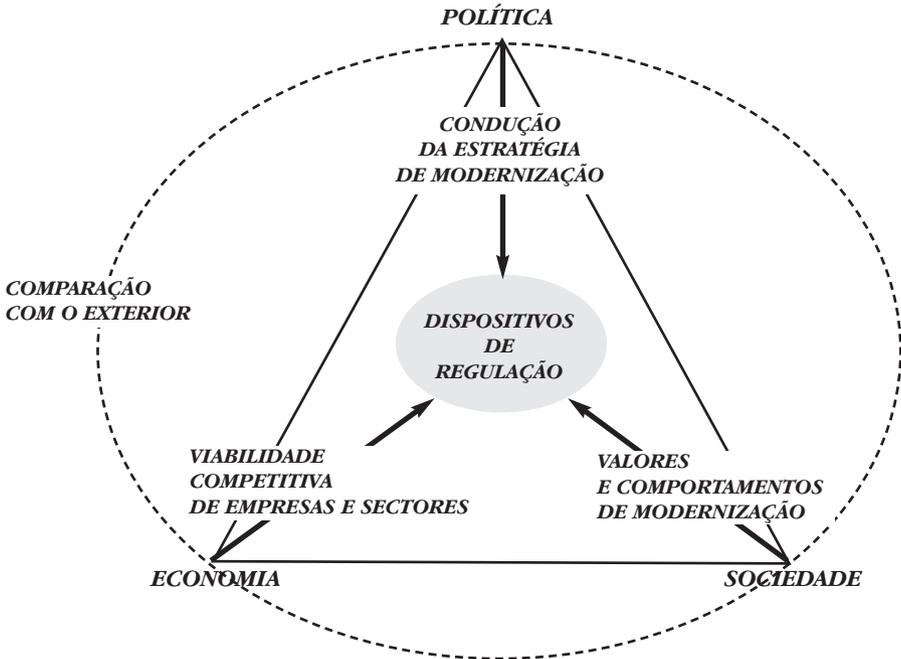
outros partidos. Evitar desequilíbrios e expectativas excessivas, corrigir as trajetórias que se desviem do esperado e do desejado, são exercícios concretos de regulação integrados na acção corrente e nos modelos estratégicos dos partidos, que assim contribuem para configurar os movimentos sociais e formatar o campo em que o poder político se exerce na forma democrática.

Este trabalho partidário é feito por conveniência dos próprios partidos e por necessidade do sistema político. É do interesse dos partidos não criar expectativas excessivas nas suas bases de apoio que, uma vez frustradas, substituam a relação de fidelidade por uma atitude de volatilidade, que iria beneficiar os partidos que se mostrassem mais responsáveis e mais consistentes. Mas é esse trabalho partidário que permite o funcionamento estável do sistema político, oferecendo as condições para que os responsáveis políticos se concentrem na resposta às contingências e aos desafios da evolução dos acontecimentos, em lugar de ficarem obrigados a gerir conflitualidades internas alimentadas por narrativas ilusórias ou pela proposta de políticas a que não está associada a condição do seu financiamento continuado. O que é conveniente para os partidos também é útil para o sistema político, na medida em que esta limitação dos extremos, ou esta contenção no estímulo das emoções radicalizadas em grupos sociais muito numerosos, são condições necessárias para que o exercício da regulação pelas instituições democráticas seja concretizado e bem sucedido.

Estabelecido o papel essencial e vital da regulação para a forma política da democracia, compreende-se que a possibilidade de distorcer a função de regulação atribua, a quem tiver condições para o fazer, um poder excepcional que não será controlado ou neutralizado porque as entidades que o deveriam fazer foram penetradas, capturadas e neutralizadas. Onde existir a possibilidade de interferir na função de regulação da democracia será possível destruir a defesa essencial da democracia sem que esta possa restabelecer o seu regular funcionamento. A democracia é uma forma política que se repara e regenera a si própria se as suas instituições e entidades funcionarem regularmente, mas que fica bloqueada se os agentes que produzem a distorção penetrarem essas instituições e entidades democráticas e, do seu interior, impedirem a avaliação e neutralizarem a regulação. A democracia não tem defesas contra agentes nominalmente democráticos, mas realmente distorcedores do regular funcionamento das instituições democráticas.

Em condições normais, um campo político é definido pela articulação do sistema político, do sistema económico e do sistema social numa relação ilustrada no gráfico da página seguinte.

A condução política da estratégia de modernização tem como pressupostos que o sistema económico estabeleça a viabilidade competitiva das empresas e dos sectores, e que o sistema social difunda valores e comportamentos de mo-



modernização, aferindo-se a validade da trajectória seguida através de comparações com o exterior para determinar se há convergência ou divergência com a evolução de outras sociedades. Os dispositivos de regulação internos são accionados para corrigir os desvios que se detectarem em relação ao que tiver sido o programa inicialmente aprovado. Naturalmente, poderá haver diferenças de opinião em relação a esse programa inicial, ou as contingências da evolução podem revelar que novos valores das variáveis ou novas condições recomendam a correcção do programa inicial. A regulação democrática tem meios para resolver as diferenças de opinião e as alterações das circunstâncias, ainda que precisando de períodos mais ou menos longos para encontrar a solução política mais adequada.

Porém, se as condições de viabilidade na economia forem falsas e se os comportamentos de modernização forem viciados, a condução política da estratégia de modernização vai concretizar-se na base de pressupostos ilusórios. O funcionamento dos dispositivos de regulação e as comparações com o exterior devem sinalizar esta discrepância entre o ilusório e o real, mas é por isso mesmo que o objectivo necessário dos que optam por falsear as condições de viabilidade na economia e por encobrir a perversão dos comportamentos sociais terá de ser

a manipulação dos dispositivos de regulação, para que estes não revelem aquilo que precisam manter oculto para não serem denunciados. Se conseguirem incorporar, nesta finalidade de ocultação, os próprios responsáveis políticos, o sistema político fica preso numa construção imaginária e o campo político fica distorcido, com a economia e a sociedade a evoluírem por vias que não correspondem ao que é anunciado nos discursos políticos. Nestas circunstâncias, a forma política democrática foi corrompida e perdeu as propriedades da regulação e da regeneração.

Nas formas políticas da tirania e da oligarquia, a concentração do poder deposita a responsabilidade pelos maus resultados das decisões políticas nos seus autores directos, pois são eles que se isolam no exercício do poder. A sua substituição com utilização da violência é a resposta que a sociedade tem ao seu alcance para alterar a sua trajectória – e também é por isso que os detentores do poder nestas formas políticas recorrem à repressão. Na forma política da democracia nada disto é possível, não se pode usar a violência em democracia para instaurar a democracia que já existe, quando a essência da democracia é substituir os que falham sem ter de recorrer à violência. Quando um sistema político democrático é penetrado por redes de influência e protecção que usam as instituições democráticas para corromper os dispositivos de regulação, a resolução desse bloqueamento exige a refundação do sistema político, a reinstalação do sistema operativo, de modo a reiniciar a propriedade essencial da forma política democrática que é a auto-regulação pelo funcionamento normal das instituições democráticas.

Este processo de reinstalação e de reiniciação passa pela revelação de uma crise que mostre a impossibilidade de continuidade. Não é possível evitar a passagem pelo ponto de crise de descontinuidade porque esta é gerada no interior do sistema político e são os protagonistas políticos os que têm de assumir a sua responsabilidade por terem permitido a penetração e a influência das redes de interesses e protecção, que se serviram deles para que fossem tomadas as decisões que conduziram a esse ponto extremo de crise de descontinuidade. As consequências inerentes a este contexto de crise manifestam-se na estagnação ou recessão económica, na regressão social e cultural, na desvalorização da autoridade política, na acentuação da dependência em relação ao exterior e na generalizada perda de prestígio dos que operam no sistema político.

Posições dos partidos e espaços eleitorais

A configuração do campo político não é apenas o resultado da articulação do sistema político, do sistema económico e do sistema social, também é condi-

cionada pelos espaços que os partidos ocupam nesse campo político, espaços que são delimitados pelas posições ideológicas e pelos segmentos do eleitorado que constituem as suas bases de apoio. O campo político não é estático, porque a articulação da política com a economia e a sociedade, nas suas relações internas e na recepção dos efeitos externos, está a alterar permanentemente a sua configuração. Mas o campo político também não é estático porque as entidades políticas estabelecem entre si relações de competição, procurando atrair os centros de interesses e, na vizinhança das datas eleitorais (regularmente estabelecidas ou antecipadas em contextos de crise), procurando manter a fidelidade dos seus eleitores e capturando eleitores de outros partidos ou estimulando a sua abstenção. O campo político tem uma superfície instável e pode mesmo apresentar descontinuidades quando a acumulação de desequilíbrios, na economia e na sociedade, ultrapassar a capacidade de resolução por parte das entidades e instituições políticas.

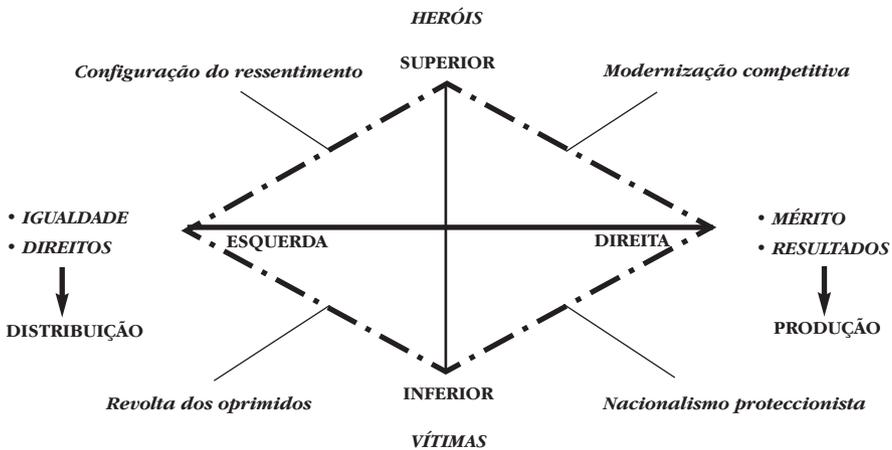
Quando se observa a evolução política na perspectiva da mudança da configuração do campo político, tem de se reconhecer que a questão da regulação, essencial na forma política democrática, não pode ser entendida como a imposição de normas legais ou regulamentares definidas num determinado período e que se manteriam válidas por um período muito longo, pois a alteração do campo político também vai implicar a reformulação do que são os seus parâmetros de equilíbrio. Se a regulação é um trabalho interminável na acção política, porque as relações que determinam o equilíbrio se vão alterando (uma indeterminação que o regular funcionamento das instituições democráticas não pode ignorar), também as posições das entidades políticas no campo político se vão alterando, em função das relações de competição que se estabelecem entre elas e em função das contingências que a evolução da economia e da sociedade transforma em problemas para serem resolvidos, e regulados, pelo poder político.

O referencial espacial esquerda-direita

Na delimitação do campo político em espaços políticos próprios ou reservados das entidades políticas (partidos e protagonistas individualizados), a diferenciação principal é a que se estabelece entre esquerda e direita. Começando por ser uma diferenciação auto-referenciada (é uma escolha de identidade estabelecida pelos próprios), ela é depois acentuada pela relação de competição, em que cada um procura reforçar a sua identidade, ao mesmo tempo que afasta ou relega para a identidade oposta os seus adversários. No entanto, esta delimitação espacial é mais complexa do que aparece na observação superficial de dois pólos. Se há um eixo horizontal onde esquerda e direita se diferenciam em

termos de valores contrastados, também há uma diferenciação vertical que vai interferir no modo como esses valores contrastados são interpretados e traduzidos em programas políticos e em decisões, quando no exercício do poder. É este esquema bidimensional do dispositivo das posições políticas que se ilustra na figura seguinte.

Dispositivo das posições políticas



No eixo esquerda-direita tradicional, os valores contrastados são, de um lado, a avaliação do mérito e do progresso nos resultados obtidos e, do outro, a promoção da igualdade e do progresso nos direitos adquiridos. De um lado, os valores da produção e a justificação do lucro; do outro, os valores da distribuição e a convicção de que o lucro tem implícita a exploração do detentor dos meios de produção imposta ao detentor da força do trabalho. De um lado, o direito de deter e de defender a propriedade; do outro, o direito de apropriar e distribuir a propriedade. Este tem sido, há mais de dois séculos, o referencial de diferenciação de posições políticas mais utilizado, tanto pelos protagonistas políticos, como pelos analistas das relações políticas. Contudo, esta dicotomia privilegia a dimensão económica e, dentro dela, a sua componente patrimonial, o que se torna uma limitação importante quando se pretende descrever e interpretar a complexidade real das relações políticas, que mostram componentes emocionais e diferenças de atitudes que não se limitam aos aspectos patrimoniais.

A tensão entre estes dois primeiros pólos, esquerda e direita, é alimentada

pela comparação de indicadores materiais, a produção (e a acumulação dos lucros obtidos por via da actividade produtiva) e a distribuição (e a obtenção, na forma de direitos adquiridos ou de pressões reivindicativas, das rendas de transferência). Existem dois pólos, mas o espaço entre eles é contínuo: o que começa por ser visto como uma diferenciação radical revela-se, afinal, um espaço simétrico composto por duas formas de apropriação patrimonial, os lucros e as transferências. O que aparece como lucro apropriado através da produção, na direita, corresponde ao que aparece como renda de transferências apropriado através da distribuição, na esquerda.

Esta é uma primeira dificuldade que se coloca na utilização desta dicotomia, pois um mesmo efeito (a constituição de grupos sociais a quem é atribuído um estatuto privilegiado com tradução patrimonial) é comum aos dois pólos, ainda que nenhum deles esteja disposto a aceitar que a sua posição política seja geradora de privilegiados. A esquerda afirma a sua identificação com a rejeição dos privilégios associados à exploração, mas defende políticas distributivas que, pela via das transferências, corrija as desigualdades – o que é um modo de constituir privilégios através dos direitos atribuídos. A direita justifica a apropriação dos lucros e de altos salários como um prémio ao mérito da iniciativa empresarial e da competência técnica, na medida em que esses são contributos para aumentar o potencial produtivo e, se reconhece a utilidade de políticas distributivas de transferências para manter um nível adequado de procura, não considera que essa via possa reduzir as desigualdades na sociedade. A bipolaridade no eixo esquerda-direita é menos nítida do que seria necessário para que o contraste fosse realmente diferenciador de posições políticas. Mais do que uma bipolaridade efectiva, o que se encontra é uma dualidade de perspectivas: estes extremos existem porque observam o campo político por ângulos diferentes, o ângulo da produção e o ângulo da distribuição; mas os produtos dos dois extremos sobrepõem-se quando são observados na perspectiva dos seus efeitos patrimoniais.

O exame da diferenciação tradicional, entre esquerda e direita, poderia prolongar-se indefinidamente analisando pares sucessivos de temas ou objectivos políticos opostos, mas em todos os casos se encontraria mais uma diferença de perspectivas do que uma oposição radical, em que a vitória de um extremo implicasse a derrota irreversível do outro. Esquerda e direita são pontos extremos de um contínuo – afinal, menos radicais na sua diferenciação do que os representantes da esquerda e da direita gostariam que fossem para poderem manter o seu espaço próprio bem delimitado. São pontos extremos, mas coexistentes. E é essa necessidade de existirem no mesmo campo político, cada extremo referenciando-se aos seus valores e às posições do outro, que explica que a radicalidade dos extremos seja controlada e reduzida nos seus efeitos concretos.

É aqui que se insere a segunda dificuldade que se coloca na utilização da dicotomia esquerda-direita. Se a dicotomia fosse perfeita, esquerda e direita não teriam pontos de contacto – mas isso não corresponde ao que é observado, pois há uma linha contínua de posições no campo político entre a direita e a esquerda. Se a dicotomia fosse formada por oposições absolutas, não haveria diferentes posições de esquerda e diferentes posições de direita. Mesmo admitindo que algumas diferenciações internas a cada posição extrema possam ser motivadas por razões eleitorais, para que uma posição política se aproxime das maiores concentrações de eleitores, a conflitualidade interna, à esquerda e à direita, é demasiado intensa para que não tenham de se considerar outros factores de diferenciação que se encontram numa outra dimensão que deve ser articulada com o eixo esquerda-direita.

O referencial espacial superior-inferior

Para se poderem explorar os outros factores de diferenciação que se encontram no campo político, é necessário considerar uma dicotomia vertical, que se estabelece entre atitudes sociais que afirmam a autonomia e atitudes sociais que aceitam a dependência nos comportamentos e nas relações com o poder político. Esta dicotomia vertical, que se manifesta na bipolaridade, entre as vítimas e os heróis, entre os que se consideram detentores de um direito à compensação (as vítimas) e os que consideram que são as suas iniciativas e as suas capacidades que podem encontrar a resolução dos problemas (os heróis), estrutura comportamentos e expectativas muito diferentes em relação ao poder político, mas também produz escolhas diferentes no momento do voto. Esta dicotomia vertical superior-inferior é mais complexa do que a horizontal esquerda-direita, porque é menos nítida nos seus termos mas, sobretudo, porque nas relações políticas correntes estas diferenciações não são reconhecidas, ou nem sequer são aceites, pelos que ilustram estas categorias nos seus comportamentos políticos e nas suas expectativas quanto ao que o poder político pode realizar ou lhes pode oferecer.

Este eixo vertical contrapõe um nível superior a um nível inferior, sendo compreensível que quem se encontra no nível inferior não se resigne a aceitar essa localização como uma consequência natural da sua inferioridade, ao passo que quem está no nível superior pode preferir encobrir essa sua posição de superioridade para não estimular atitudes de hostilidade contra si. O que está contido neste eixo vertical pode ser deduzido analiticamente, mas não será habitualmente reconhecido pelos protagonistas das relações políticas. Neste sentido, é um eixo que se mantém invisível, que só se detecta nos comportamentos ou

no modo como se formulam as posições políticas, mas não aparece nas racionalizações públicas, no modo como os protagonistas políticos fundamentam as suas posições e as suas propostas.

Nas sociedades de cultura tradicional, hierarquizadas, o culto dos heróis era explícito, o que tinha como contrapartida a desvalorização dos que se encontravam nos níveis inferiores, a quem não era atribuído o estatuto de vítima, mas apenas o estatuto natural de inferior. Nas sociedades de cultura moderna, pelo contrário, o culto dos heróis fica reservado para as figuras mediáticas (criados pela opinião, estes heróis modernos também são destruídos pela perda de popularidade), mas não se estende às actividades correntes e comuns, onde o princípio genérico, explícito nos direitos humanos, impõe a igualdade como valor inerente à condição humana. Apesar de não ser reconhecido e incorporado nas narrativas políticas correntes das sociedades modernas, a articulação deste eixo vertical superior-inferior com o eixo horizontal esquerda-direita permite identificar quatro configurações políticas, duas no quadrante da direita e duas no quadrante da esquerda.

Na direita, a vertente superior origina os programas políticos da modernização competitiva, onde o critério de regulação é a comparação com os padrões de maior eficiência que se encontram no espaço mundial – um critério exigente, que só poderá ser satisfeito se a condução política da sociedade atribuir a prioridade à produção e não reconhecer às vítimas o direito à compensação (que desviaria para as políticas sociais e para as transferências distributivas capitais que são necessários para os confrontos competitivos). A vertente inferior, responde a uma perspectiva das vítimas com um programa político de nacionalismo proteccionista, que corresponde ao reconhecimento de que não será possível satisfazer os critérios exigentes da competição na escala mundial, o que implica o refúgio no mercado interno. Embora estas duas posições estejam localizadas na direita, é a consideração do eixo vertical que faz aparecer duas oposições radicais nesse espaço político da direita – e que podem atingir um grau de conflitualidade, entre grupos e interesses políticos, que seja superior ao que se pode encontrar na relação esquerda-direita: entre a direita competitiva e cosmopolita (superior) e a direita proteccionista e nacionalista (inferior) não há conciliação possível nem equilíbrio regulável.

Na esquerda, a vertente inferior é a que valoriza a expressão directa do direito à compensação para se poder cumprir o valor da igualdade, que é defendido na generalidade dos discursos políticos, e que passou a integrar a cultura política nas sociedades modernas. A legitimidade da revolta dos oprimidos tem uma base sólida nas culturas políticas modernas, na medida em que o estatuto da vítima, e do direito à protecção dos mais desfavorecidos (por motivos econó-

micos ou por acidentes de vida que a sociedade entenda dever proteger), passou a ser reconhecido na esfera política. Em consequência, o direito à revolta não pode deixar de ser reconhecido, quando as promessas dos discursos políticos não encontrarem confirmação nos resultados das políticas. Poderá haver muitas justificações, circunstanciais ou de ordem técnica, que expliquem as discrepâncias entre os discursos e as realidades, mas persistirá uma tensão latente nas democracias modernas enquanto houver (e haverá sempre) quem possa invocar a sua situação de vítima para fundamentar a sua participação em iniciativas de revolta dos oprimidos. O que implica uma outra consequência: a forma política democrática, nas sociedades modernas, está vulnerável ao financiamento das suas políticas distributivas porque, por crises económicas ou por alterações da demografia e dos estilos de vida, os grupos que assumem um estatuto de vítima podem crescer em peso eleitoral para além do que é controlável pelo poder político, que não as podem compensar nos termos que apresentam nas suas promessas políticas.

A revelação da discrepância entre as promessas dos discursos políticos e as desigualdades que persistem nas sociedades modernas produz uma crise de legitimidade nas democracias, mas não se traduz em novas formas políticas para além das conhecidas. Se a revolta dos oprimidos pode derrubar um regime democrático, as possibilidades seguintes serão a oligarquia ou a tirania, e estes são regimes que colocam no primeiro plano da ordem política a desigualdade entre o superior e o inferior do eixo vertical. Para evitar esta fatalidade cíclica, que conduz das revoltas das vítimas à sua subordinação em formas de autoritarismo político, é crucial o papel da vertente superior do quadrante da esquerda, onde se situam os dirigentes e as vanguardas que têm por finalidade dar consistência política a esses movimentos de massas. É nesse nível superior da esquerda que aparece a função política de configuração do ressentimento como força política organizada, com capacidade para atacar ou atemorizar os centros de poder instalados. Na sua forma mais elementar, esta configuração do ressentimento manifesta-se no exercício do poder reivindicativo, influenciando ou determinando as políticas de índole distributiva. Na sua forma mais elaborada, a configuração do ressentimento aspira a constituir uma alternativa política efectiva a um poder político de base conservadora.

Estas duas modalidades políticas de esquerda não são homogéneas e podem mesmo conter racionalizações distintas, que conduzem às relações de conflitualidade essencial entre as posições de esquerda. De um lado, estão os que pretendem fazer evoluir a revolta até à revolução, rejeitando qualquer forma de compromisso e conciliação com outras posições políticas. De outro lado, estão os que aceitam a necessidade de explorar o espaço contínuo que vai da es-

querda à direita para conseguir encontrar plataformas de estabilidade, com condições para moderar as pressões reivindicativas ao mesmo tempo que se estimulam as políticas de modernização adequadas ao padrão de modernização da globalização competitiva. O primeiro lado apropria o estatuto da pureza dos princípios da protecção aos mais desfavorecidos ou usa o sentimento de revolta para o extremar até às manifestações de indignação e de cólera, mesmo que isso implique manter-se afastado do exercício do poder institucional. O segundo lado ganha o estatuto de força política com vocação governamental, com acesso ao poder institucional e podendo até aspirar a ser considerado parte indispensável de qualquer fórmula de governo, ainda que isso implique reduzir a distância que separa a esquerda da direita, reduzindo a tensão entre os dois pólos da dimensão horizontal.

Mais do que mostrar que direita e esquerda não são categorias políticas homogêneas (o que as divisões conflituais na direita e na esquerda tornam evidente), a introdução do eixo vertical superior-inferior mostra que as posições políticas não são apenas escolhas de identidades a partir de uma função de representação de grupos e interesses sociais, também são o resultado das interações e dos confrontos estratégicos entre quatro configurações políticas básicas, onde cada uma ganha espaços de influência quando consegue neutralizar a função de representação e o peso eleitoral das outras.

O campo político está em permanente mutação, mesmo quando as culturas políticas estão bem definidas. E tem de ser assim porque o espaço político muda de forma e de delimitações em função das contingências políticas (circunstâncias) e em função dos modos de interpretação do que são as possibilidades políticas (leituras estratégicas dos contextos e narrativas políticas mobilizadoras).

Sistema partidário e espaços políticos

A análise dos espaços políticos com utilização do referencial com dois eixos, esquerda-direita e inferior-superior, mostra que cada posição política é a sua identidade conjugada com o sistema de relações de aliança, de competição ou de conflitualidade, que estabelece com as outras posições políticas que existem no mesmo período. Não há posições políticas estáticas, porque mudam as circunstâncias e porque basta que uma posição política altere a sua base programática ou a sua orientação estratégica para que todas as outras posições políticas tenham de reagir a essa movimentação no campo político que altera a delimitação dos espaços políticos. Mas onde o tema dos espaços políticos tem maior relevância é na configuração das relações de competição entre partidos pela conquista de eleitores, na medida em que os partidos são as entidades políticas em

que as posições políticas encontram concretização na forma política democrática, ponderadas pelo seu peso eleitoral.

Como as posições políticas nos eixos esquerda-direita e superior-inferior, também a posição de cada partido no espaço político não é livre. Ela depende do que forem as posições dos outros partidos e do que for a capacidade de defesa de uns e a capacidade de expansão de outros. A localização de cada partido é função dos dois eixos considerados na análise das posições políticas (esquerda-direita e superior-inferior), mas a defesa ou a expansão de cada localização partidária depende também do que for a aceitação do eleitorado: em última análise, a relevância de cada partido será medida pelo apoio eleitoral continuado que recebe. Nestas condições, o espaço político é formatado pelo número dos partidos existentes e pelo tipo de distribuição do eleitorado em relação às posições dos diversos partidos – e é esta articulação, entre o número de partidos e distribuição do eleitorado, que determina o tipo de fórmulas políticas, de plataformas para o exercício do poder, que são mais prováveis nesse concreto campo político.

A formatação do espaço político, em função do número de partidos, é apresentada no quadro seguinte.

Número de partidos e dinâmicas do sistema partidário

<i>NÚMERO DE PARTIDOS</i>			
MAIS DE 5	SEMIPOLARIZADO	PLURALISMO POLARIZADO	<ul style="list-style-type: none"> • Multipolaridade • Papel das periferias • Centrífugo
3 A 5	PLURALISMO MODERADO	PLURALISMO LIMITADO E POLARIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas moderadas • Coligações bipolares • Centrípeto
2	CONVERGENTE	POLARIZADO	Concorrência centrípeta
1	AUTORITÁRIO	TOTALITÁRIO	Vulnerabilidade à sucessão
	HEGEMÓNICO PRAGMÁTICO	HEGEMÓNICO IDEOLÓGICO	
	BAIXA	ALTA	
	TENSÃO IDEOLÓGICA		

Na dinâmica de um sistema partidário, o grau de tensão ideológica condiciona a liberdade de movimentos dos diversos partidos, com uma maior polarização a criar barreiras à fluidez e a dificultar a realização de entendimentos entre

partidos. Também o número de partidos tem consequências na facilidade dos movimentos dos partidos, na medida em que cada partido tenderá a defender o seu espaço próprio contra as tentativas de ocupação de outros. Esta formatação do espaço político limita a liberdade de escolha programática e estratégica dentro de cada partido e permite estabelecer a previsão da dinâmica possível de um sistema partidário de que se conheça o grau de tensão ideológica e o número de partidos.

Naturalmente, a repetição de crises políticas ou os efeitos de modernização da sociedade podem abrir a oportunidade de se proceder a uma alteração do formato do sistema partidário: é nestes contextos que novos partidos podem ser criados ou partidos existentes podem ter cisões, como também poderá optar-se por reduzir a tensão ideológica (aumentando o potencial de consenso) ou por acentuar a tensão ideológica (revelando as diferenças programáticas e estratégicas entre partidos ou blocos de partidos de modo a aumentar a nitidez das alternativas políticas que estão à disposição do eleitorado – uma condição necessária para sair do ciclo repetido de crises políticas sucessivas).

No formato do partido único, o domínio do sistema político por um só partido pode ser o efeito de uma hegemonia pragmática (com baixa intensidade ideológica, normalmente concretizado através do domínio por uma personalidade) ou o efeito de uma hegemonia ideológica (o que pressupõe maior intensidade ideológica nesse partido único). Mas as formas mais comuns de partido único são os sistemas políticos autoritários e totalitários (o segundo com maior carga ideológica). Neste tipo de configuração do sistema partidário, as crises mais relevantes são as que surgem no processo de sucessão, pois a personalização do poder não assegura uma transição fácil onde não houver uma legitimidade dinástica.

No formato bipartidário, é a relação de competição que determina a evolução do sistema político: a dinâmica convergente existe quando não há grandes divisões de orientação estratégica, enquanto que uma separação polarizada é o resultado normal onde houver uma diferenciação de alternativa muito nítida. Um sistema partidário que tem apenas dois partidos indica que a evolução das circunstâncias encontra resposta adequada num desses dois partidos mas que, para poder exercer o poder, tem de conquistar eleitores que já terão votado no outro partido e precisa de não os perder depois – duas condições que implicam que tenha propostas políticas moderadas. Um sistema democrático de partidos não tem de obedecer a esta fórmula mais simples com apenas duas posições partidárias, mas é esta a que melhor corresponde ao referencial simplificado que considera apenas uma única dimensão esquerda-direita.

No formato com três a cinco partidos, a variável da tensão ideológica obriga a distinguir entre o pluralismo moderado e o pluralismo polarizado, ou até limi-

tado (quando há partidos a quem não é reconhecida pelos outros a qualidade de ser integrável em coligações de governo). Quanto maior for o número de partidos, menor será a possibilidade de formação de maiorias com um só partido (ainda que esta possibilidade, nos casos concretos, dependa também da legislação eleitoral e da capacidade mobilizadora dos dirigentes partidários), o que explica a tendência para a formação de blocos de partidos por necessidade de formação de maiorias de governo, quando a distribuição de votos é dispersa. Com a passagem do tempo, estes blocos de partidos poderão constituir plataformas da aliança, que se mantêm operatórias enquanto algum dos partidos envolvidos não tiver mais benefícios, se alterar a sua posição. Se não houver uma diferenciação ideológica forte (num sistema de três partidos, é mais provável que a tensão ideológica seja fraca), a dinâmica do sistema partidário tende a produzir políticas moderadas, com coligações bipolares ou com um partido central a fazer variar a maioria, e a relação política dominante é centrípeta.

No caso de um formato do sistema partidário com mais de cinco partidos, o grande número de partidos é um indicador de fragmentação de interesses sociais ou da segmentação da sociedade em plataformas culturais diferentes, mas também pode ser um indicador de uma tensão ideológica elevada ou de movimentos políticos regionais que têm um programa nacionalista ou separatista (posições radicais que não favorecem negociações políticas e acordos estáveis). É um formato que tende a ser centrífugo, dando um peso desproporcionado aos extremos, tanto porque estas radicalizam as suas posições para ganhar relevância, como porque algum desses partidos periféricos será incorporado na maioria de governo, que não se atinge sem a sua colaboração (e sempre com o risco do seu abandono quando isso lhe parecer útil).

A formatação espacial do sistema partidário, delimitando os intervalos de influência de cada partido, condiciona o que podem ser as suas estratégias e confirma que cada partido tem de ser observado considerando as suas redes de relação: cada partido é a sua identidade e o seu contexto de relações, onde o que cada um pode fazer e obter depende do que decide e do que lhe é permitido pelas decisões e movimentações dos outros partidos. Todavia, os partidos não são apenas elementos de um sistema cuja distribuição espacial determina as possibilidades de movimentação de cada um. Os partidos também são produtores de narrativas políticas, de propostas programáticas e estratégicas que mobilizam os grupos sociais e que estruturam as sociedades em função das questões políticas centrais que têm para resolver.

Para além de serem veículos para o exercício do poder e para a legitimação eleitoral dos que se candidatam a exercer o poder, os partidos também são meios de que a sociedade se serve para se estruturar politicamente em função dos temas que tem para resolver e que a dividem em cada período histórico.

Partidos e clivagens políticas

O formato do sistema partidário e as posições dos partidos estabelecem a delimitação dos espaços partidários, mas as narrativas partidárias e as suas propostas integram-se numa estrutura de temas que diferenciam os partidos entre si. Se a diferenciação espacial dos partidos e da sua articulação com os grupos de eleitores é estabelecida no eixo horizontal esquerda-direita, a diferenciação em função das polaridades temáticas pode ser representada num eixo vertical, onde cada extremo é um pólo de alternativa em relação a esse tema.

É nessa estrutura de temas que se encontram as clivagens políticas que dividem o campo político e que separam os grupos e interesses sociais nas suas ligações de apoio aos partidos. As clivagens políticas são dependentes dos tempos históricos, na medida em que cada época tem as suas problemáticas próprias e as divisões ou contrastes associadas a esses contextos. Mas mesmo clivagens do passado, que já perderam relevância, continuam activas nas culturas partidárias, no sentido em que cada partido, na formulação das suas narrativas e na actualização dos seus valores, não ignora a reflexão sobre as suas posições no passado.

As clivagens tradicionais, que se desenvolveram ao longo de séculos na estruturação política da Europa, são apresentadas no quadro seguinte, que tem a

PROBLEMÁTICA POLÍTICA	CLIVAGENS	TIPO DE CRISE POLÍTICA
Autonomia da política, sem ter de reconhecer um poder superior que a transcenda	ESTADO/IGREJA	Formação do Estado
Política nacional com aplicação vinculativa em todo o território nacional	CENTRO/PERIFERIA	Integração territorial do Estado nacional
Definição da legitimidade eleitoral em termos de sufrágio universal	URBANO/RURAL	Legitimação representativa do poder
A luta de classes como motor da História	CAPITAL/TRABALHO	Conflitualidade em sociedades divididas por diferenças de interesses económicos
Identificação do sentido necessário da História como retranscendentalização da política	LESTE/OESTE	Ordem mundial baseada na estrutura da Guerra Fria

utilidade de permitir uma comparação com as clivagens relevantes para os campos políticos actuais, muito diferentes destas.

A primeira clivagem política característica da modernidade, na cultura política europeia, aparece no contexto da formação do Estado, tornando-o independente da Igreja e afirmando a autonomia da política, sem estar subordinada a valores superiores de índole transcendente. Em termos de culturas partidárias, separa os partidos laicos dos partidos confessionais. A segunda clivagem manifesta-se no contexto da integração territorial do Estado nacional, afirmando o centro contra o poder das regiões, separando os partidos centralistas dos partidos regionais ou autárquicos. A terceira clivagem insere-se na problemática da legitimação eleitoral, com o valor atribuído ao sufrágio universal contra os modelos de sufrágio censitário: as regiões rurais, onde residiam os grandes proprietários, podiam eleger um número de deputados desproporcionado em relação aos que eram eleitos nas circunscrições urbanas, com concentrações populacionais muito superiores, mas a quem não era atribuído o direito de votar – estabelecendo a distinção entre partidos agrários e partidos nacionais. No século XX, as duas clivagens centrais integram-se na divisão esquerda-direita, a primeira na diferenciação entre capital e trabalho (dentro da narrativa genérica da luta de classes) e, a segunda, na diferenciação Leste-Oeste (dentro da narrativa genérica da realização do sentido da História), ambas constituindo duas culturas políticas diferentes: a dos partidos liberais (baseados numa regulação pelos mercados) e a dos partidos socialistas e comunistas (baseados numa regulação pelo intervencionismo do Estado).

Estas são clivagens históricas, no duplo sentido de terem sido relevantes nas condições do passado e de subsistirem hoje apenas como memórias culturais de conflitos políticos superados. No essencial, estavam referenciadas a uma delimitação espacial em territórios nacionais e perdem a sua potência orientadora quando os espaços em que se exerce a acção política evoluem para os espaços regionais, primeiro, e para o espaço global, depois. As clivagens relevantes nos contextos actuais são muito diferentes, como se pode ver no quadro da página seguinte.

Em geral, estas novas clivagens estão ainda num estado emergente, estão a ser formadas em associação com novos tipos de crises políticas que ainda não encontraram resolução adequada. Também são clivagens mais complexas do que as do passado porque fragmentam o eleitorado de um modo instável, quando o mesmo eleitor, em função de cada problemática política, pode encontrar-se em ramos diferentes da clivagem correspondente. As posições políticas, de partidos e de eleitores, tornam-se mais fluidas e difusas. Se a diferenciação esquerda-direita precisava de ser complementada com a diferenciação superior-inferior,

PROBLEMÁTICA POLÍTICA	CLIVAGENS EMERGENTES	TIPO DE CRISE POLÍTICA
GLOBALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Produtores/consumidores</i> • <i>Proteccionistas/ competitivos</i> • <i>Nacionalistas/ integracionistas</i> • <i>Sedentários/nómadas</i> 	CRISE DO ESTADO NACIONAL
MODELO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Segurança/risco</i> • <i>Pensionistas/contribuintes</i> • <i>Idosos/jovens</i> • <i>Direitos adquiridos/ sustentabilidade financeira</i> 	CRISE DO ESTADO PROVIDÊNCIA
MODELO ORÇAMENTAL	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Endividamento/fiscalidade</i> • <i>Equilíbrios sociais/ pactos multilaterais</i> 	CRISE FISCAL
MODELO DE DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Ordem/movimento</i> • <i>Segurança/inação</i> • <i>Estatuto/flexibilidade</i> • <i>Dirigismo estatal/ competição privada</i> 	CRISE DO MODELO DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

quando se passa para a análise das clivagens torna-se necessário considerar a possibilidade de a própria posição política se fragmentar, defendendo ou apoiando propostas políticas que são incompatíveis, porque os interesses representados nessa posição política são contraditórios. O espaço ocupado por cada partido torna-se instável e a escolha do voto de cada eleitor torna-se indeterminada, dependendo do tipo de problemática que é mais saliente na vizinhança da data eleitoral.

No tema da globalização (que contém a crise do Estado nacional como área de soberania e como delimitação do espaço económico nacional), produtores e consumidores têm interesses distintos – o produtor quer protecção, o consumidor quer o preço mais baixo e a melhor qualidade, mas o eleitor é simultaneamente produtor e consumidor, o que significa que está nos dois lados da clivagem. No tema do modelo social (que inclui a crise do Estado providência tal como ele foi estruturado nas sociedades desenvolvidas), as clivagens entre segurança e risco, entre pensionistas e contribuintes, entre idosos e jovens, entre a

defesa dos direitos adquiridos e a garantia de sustentabilidade financeira desses dispositivos de política social, ilustram a variação da posição política em termos do tempo e da idade: os interesses no presente de cada eleitor não se mantêm nesses termos quando projectados nas situações futuras. Na problemática do modelo orçamental (que contém a crise fiscal do Estado), a clivagem que se estabelece, entre o recurso ao endividamento para financiar despesa pública e o recurso à fiscalidade para manter o orçamento equilibrado, é também uma escolha que divide as sociedades entre beneficiários e contribuintes mas, sobretudo, entre as gerações actuais que beneficiam com a aplicação dos recursos obtidos por endividamento e as gerações futuras que terão de suportar os encargos com a dívida sem poderem continuar a optar pelo endividamento.

Estas clivagens fragmentadoras, muito diferentes das clivagens tradicionais que eram integradoras em grupos homogéneos, tornam os contextos de conflitualidade menos previsíveis e os formatos partidários mais instáveis. Os partidos ficam vulneráveis à sua captura por personalidades que cultivem uma imagem de popularidade e, desse modo, concretizem a integração temporária de bases eleitorais numerosas e de interesses heterogéneos – mas que só se mantêm enquanto os resultados do exercício do poder forem favoráveis aos interesses múltiplos dessas bases sociais e eleitorais complexas e com interesses inconsistentes. As culturas partidárias, que antes eram factor de integração e de estabilidade, enfraquecem as suas tradições e transformam-se em culturas imediatistas, em torno de narrativas que exploram as expressões emocionais de cada período, que têm a instabilidade no seu interior mesmo quando exercem uma função integradora em períodos curtos.

É no tema do modelo de desenvolvimento (que está associado à crise do modelo de orientação estratégica) que esta instabilidade tem efeitos mais importantes, na medida em que o sucesso de uma estratégia de modernização depende, em grande medida, da sua continuidade, da sua capacidade para resistir à pressão dos interesses conjunturais. Os grupos sociais interessados na ordem procuram preservar as suas posições adquiridas, mas a modernização exige o movimento que põe em causa essa ordem estabelecida através das iniciativas de inovação – e nem a ordem, nem a segurança, terão sustentação se não for aceite o movimento e a inovação. Os que querem privilegiar o estatuto não aceitam a incerteza da flexibilidade, mas sem esta não se obterá a competitividade de que depende a estabilidade do estatuto. E na estratégia de modernização num padrão de globalização competitiva, em que os mercados operam numa escala mundial, nem o dirigismo estatal, nem a competição privada de base nacional têm condições para, isoladamente, concretizarem os seus projectos.

A condução política, nestas novas condições, é mais complexa e depende

do que for a qualidade e o sentido de responsabilidade dos protagonistas políticos. Na acção política, o papel dos dirigentes consiste em configurar a opinião pública e o seu sistema de expectativas em função da possibilidade, para que as linhas de acção programadas sejam sustentadas. Mas se os dirigentes escolherem a via da popularidade, é a opinião pública – emocional, volátil e composta por interesses heterogéneos – quem vai configurar o modo de condução política e o sistema de decisões. Num tempo em que as clivagens políticas se tornaram mais complexas, há o risco de se perder o efeito da regulação e a evolução política tornar-se-ia então dependente da intensificação das crises –, não sendo de excluir que a uma crise se siga outra de maior intensidade porque não se fez a avaliação crítica do que provocou a crise anterior. Nestes contextos extremos, a regulação da democracia já não seria o produto normal do regular funcionamento das instituições e das eleições, mas sim o efeito imposto pelas dinâmicas de crise.

Partidos, eleições e modernização

As eleições são o dispositivo básico da regulação em democracia, no duplo sentido de não haver democracia sem eleições regulares, na organização e nos prazos, e de ser este o filtro essencial de selecção de protagonistas políticos que legitima o exercício do poder em democracia. Contudo, se as eleições são livres, a escolha do eleitorado não é livre, porque só pode escolher entre o que estiver no boletim de voto. Por sua vez, o que os candidatos à eleição apresentam para a escolha do eleitorado poderá não corresponder ao que gostariam de apresentar, ou ao que seria responsável apresentar, mas será o resultado da interrelação entre candidatos em competição e do que são os espaços deixados livres pelos concorrentes a essa eleição, nesse período concreto. Por outro lado, o modo como o eleitorado se distribui no campo político condiciona as campanhas eleitorais e o seu resultado final; nas sociedades homogéneas, o eleitorado tende a ter uma distribuição normal, enquanto que nas sociedades divididas ou de estrutura multipolar tendem a apresentar uma distribuição assimétrica ou seccionada em blocos de eleitorado. Finalmente, as eleições também são decididas pelos que não votam, na medida em que a abstenção não é sempre a mesma em sucessivas eleições e a sua deslocação no campo político tende a punir os que falharam e a premiar os que se apresentam como alternativa.

Os padrões estruturais na competição eleitoral

É nos processos eleitorais que se manifesta a identidade de cada partido, no modo como formula as suas propostas, no modo como estabelece as suas re-

lações com outros partidos e no modo como delimita e defende o seu espaço. Para os partidos com vocação de exercício do poder, as eleições são o seu teste real de consistência: não lhes basta ter razão, é preciso que consigam atrair um grande número de eleitores. No caso dos partidos com vocação de exercício do poder mas que não têm um objectivo de maioria absoluta isolada, a necessidade de realizar negociações com outros partidos para a formação de coligações permite-lhes diferenciar a sua posição na campanha eleitoral para, depois das eleições, moderarem as suas propostas e promessas com a justificação de que é preciso preparar uma plataforma de entendimento. Pelo contrário, quando os partidos com vocação para o exercício do poder têm como objectivo a maioria absoluta, a necessidade de se tornarem abrangentes em relação a eleitores heterogéneos leva-os a moderarem as suas posições antes das eleições, na expectativa de voltarem a afirmar a sua identidade depois de terem conquistado o poder.

Estas variações de opção estratégica que os partidos podem escolher obedecem a padrões estruturais resultantes do sistema de relações entre partidos e destes com o eleitorado e, em especial, com a distribuição do eleitorado no campo político concreto em que as eleições se realizam.

O padrão estrutural mais simples é o bipartidário, em que duas entidades disputam a conquista da maioria. Um sistema bipartidário é mais provável num sistema eleitoral maioritário, a uma ou duas voltas, na medida em que neste tipo de sistema eleitoral o partido que fica em primeiro lugar em cada circunscrição anula os votos do que, nesse círculo eleitoral, ficou em segundo lugar. Num sistema eleitoral proporcional, onde contam todos os votos que os diversos partidos recebem, é mais provável que existam mais do que dois partidos. É este padrão bipartidário que se representa na figura da página seguinte.

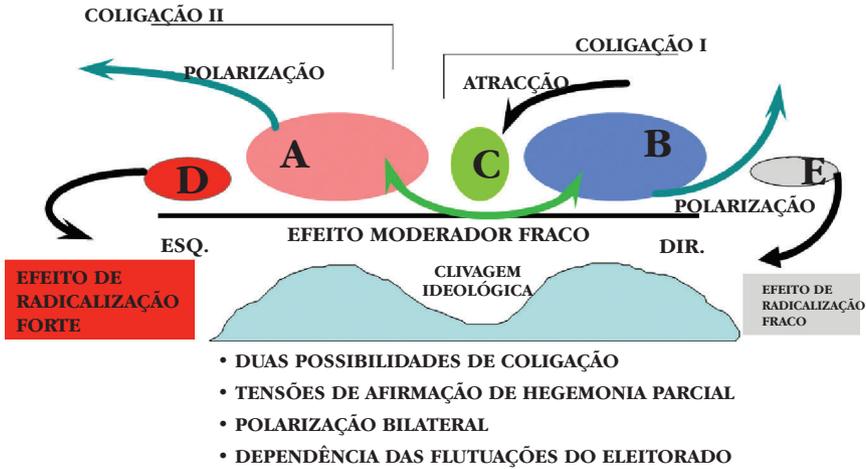
Os dois partidos começam por diferenciar as suas posições afirmando as suas identidades mas, como têm de competir pela conquista de um eleitorado que se acumula no centro, vão moderar as suas posições no período anterior às eleições. Há uma área de sobreposição competitiva onde realmente acontece a decisão sobre quem irá exercer o poder. Por vezes, esta necessidade de moderação gera tensões internas nos dois partidos, com algumas facções a considerarem que a moderação está a pôr em causa a identidade do partido, mas só em casos excepcionais essas tensões conduzem a cisões (na medida em que o partido que resultasse da cisão teria dificuldade em se afirmar nesse sistema eleitoral). Em geral, as crises políticas são resolvidas por alternância do poder de um partido para o outro, tendendo a ser mais importante o efeito das personalidades dirigentes do que as grandes inovações programáticas e estratégicas.

Este padrão estrutural simples deve ser comparado com padrões estruturais mais complexos, onde a existência de um maior número de partidos, a



maior conflitualidade entre as diversas posições partidárias e a distribuição assimétrica do eleitorado influenciam a formação do poder executivo. Se o primeiro padrão se pode designar pelo padrão de Westminster, o segundo, que se representa na figura seguinte, pode ter a designação de padrão de Paris.

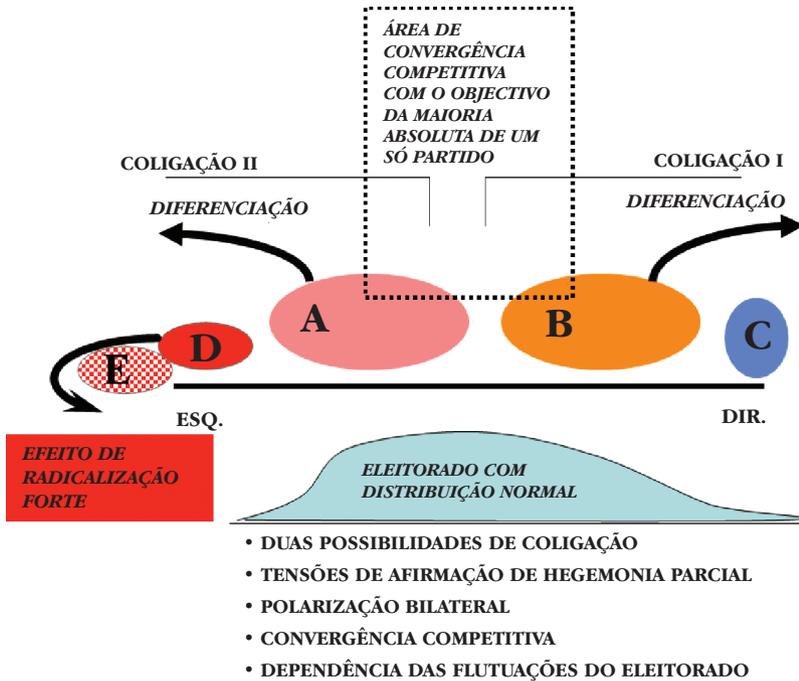
Neste segundo padrão, há um pequeno partido central, há dois partidos extremos e há uma clivagem ideológica (do tipo esquerda-direita) que estabelece uma distribuição eleitoral com dois pólos. Nas relações entre os partidos, já não será suficiente a diferenciação de programas e estratégias, é necessário que se vá até ao nível superior da polarização em blocos, para que cada bloco preserve a sua disciplina, ao nível do partido e ao nível do eleitorado. Há, em abstracto, duas coligações possíveis mas, em concreto, o que determina a formação do poder é a capacidade para atrair a pequena formação central (na base do qual o eleitorado é escasso), mas, sobretudo, é a intensidade de radicalização de cada um dos extremos. Se o partido B conseguir atrair o partido C, e se for fraco o efeito de radicalização do partido extremo do seu lado, poderá manter-se no poder por um longo período. Para que o partido A tenha condições para exercer o poder, terá de obter a moderação do partido extremo que está no seu quadrante, terá de procurar atrair eleitores do centro e terá de promover a radicalização do partido extremo que está no quadrante oposto.



Estes modelos mostram que, quando se identifica o padrão do sistema de relações entre partidos e quando se conhece a distribuição do eleitorado (por inquéritos ou por interpretação de sucessivos resultados eleitorais), é possível prever o que serão as condições de formação do poder através das eleições. É sempre possível que ocorram surpresas conjunturais (em que um acontecimento inesperado altera a estabilidade do padrão conhecido) e terá ainda de se considerar o efeito da abstenção (que depende da localização do foco do descontentamento), mas a informação transmitida pelo padrão estrutural tenderá a encontrar confirmação no longo prazo.

No caso do sistema político português, com uma legislação eleitoral de tipo proporcional e com um eleitorado de distribuição normal, há um elevado número de partidos, mas só dois têm a possibilidade de atingirem a maioria absoluta isolados. O padrão estrutural está representado na figura da página seguinte.

Em abstracto, há duas possibilidades de coligação, mas a resistência do partido A a fazer coligações com os partidos D e E (para evitar ser influenciado pela sua radicalidade e perder o estatuto de partido moderado) não permite concretizar essa possibilidade genérica de coligação maioritária de governo, no quadrante da esquerda. Do outro lado, a possibilidade de coligação é mais fácil e foi concretizada em dois períodos, mas tem a sua eficácia condicionada, ou mesmo neutralizada, pela formação da coligação opositora com os partidos A, D e E. A característica paradoxal deste padrão está no facto de o partido A ter a possibilidade de realizar programas políticos que pertencem à cultura política e à área de interesses representado pelo partido B (a que os partidos A, D e E se opunham



quando o partido B estava no poder), sem que o partido B se possa opor com eficácia idêntica, quando o partido A está no poder (até porque as suas bases de apoio assistem à satisfação dos seus interesses por iniciativa do partido A, aquele que antes se opunha à realização dessas políticas).

Há, portanto, duas assimetrias neste padrão estrutural: a coligação à direita é mais fácil do que a coligação à esquerda, mas é o partido A que pode realizar as linhas programáticas do partido B – sem ter de reear uma oposição efectiva e eficaz deste partido –, quando está no poder e realiza a política originária do partido B. Esta dupla assimetria está presente desde a fundação do sistema político português. A resistência do PS a concretizar uma aliança com o PCP garante que o PS no poder é a melhor garantia para o afastamento do PCP da área governativa. Mas a eficácia do PS, quando na oposição, assegurava que o PSD não poderia realizar os seus programas sem ter de aplicar importantes recursos a contrariar a oposição do PS (nisso apoiado pelos outros partidos da esquerda). Reconstituiu-se, assim, uma convenção que já existira na Primeira República, entre 1910 e 1926, segundo a qual só um partido estava em condições de governar no padrão estrutural do campo político português, que seria aquele que pudesse ocupar a posição A.

A tentativa de neutralizar esta dupla assimetria, com uma aliança dos dois maiores partidos, na fórmula designada como bloco central ou A+B, é naturalmente instável, porque se trata de uma coligação excessiva (com um controlo parlamentar muito superior ao que é normal numa democracia) e porque contém a mesma assimetria que aparentemente pretendia superar (nas reuniões governamentais ou nas sessões parlamentares, o PS continua a usar a condição da sua superioridade posicional, podendo sempre impedir uma decisão que ponha em causa os seus interesses partidários ou os interesses das redes de influência que se expressam no seu interior).

A repetição, no tempo, deste padrão de relações dos partidos no campo político não promove a eficiência das decisões políticas nem a estratégia de crescimento económico, na medida em que a resistência às medidas do partido B, quando está no poder, não facilita a sua concretização e a sua posterior adopção pelo partido A não as concretiza na sua versão originária, mas sim em modalidades adaptadas à satisfação dos interesses representados pelo partido A (o que se torna mais visível quando se aproxima a data prevista para as próximas eleições). Embora estas medidas de política não encontrem, quando o partido A está no poder, as mesmas resistências que antes as bloqueavam, a qualidade e os efeitos dessas medidas são prejudicadas pelo processo de adaptação a que são sujeitas, perdendo a sua consistência.

Este padrão estrutural do campo político português sintetiza o código genético das culturas partidárias. É a sua posição estrutural, no sistema de relações dos partidos, que oferece ao PS a possibilidade de se conceber e de estabelecer a sua identidade como o partido necessário do poder – de que só pode ser afastado por crises de grande intensidade, que possam ser inequivocamente atribuídas ao seu modo de exercício do poder político (e, mesmo neste caso, ainda haverá importantes redes de influência e de protecção que não encontram melhor localização para a defesa dos seus objectivos, preferindo continuar a apoiar este partido). Os outros partidos de esquerda não podem deixar de se refugiar numa cultura de contrapoder, na medida em que o PS só tem vantagem em não os deixar integrar fórmulas de poder governamental, ao mesmo tempo que se apresenta como o partido que impede que os extremistas ocupem lugares de poder.

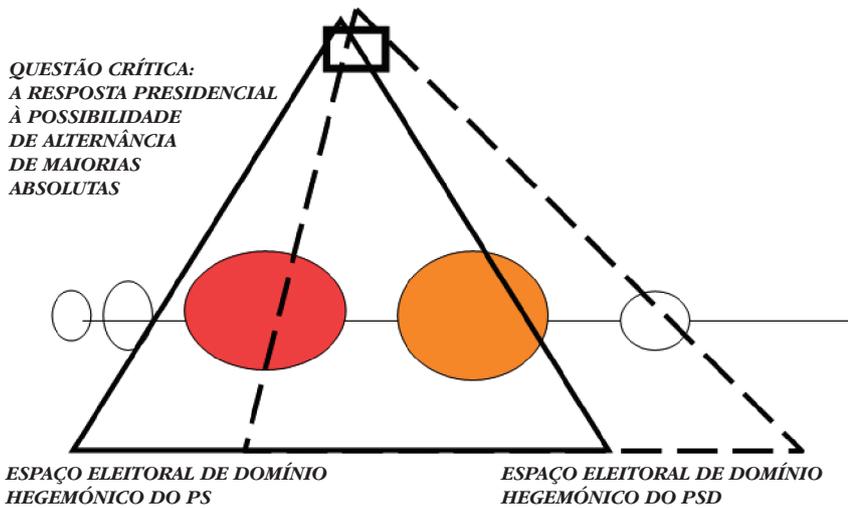
Neste quadro, o PSD fica obrigado a ser o partido que propõe medidas de correcção dos desequilíbrios, mas apenas para as ver apropriadas, em doses devidamente controladas e diluídas, pelo PS quando no poder. Não podendo comandar uma agenda política nacional, porque estimula resistências que não consegue superar, é natural que se refugie em fórmulas de poder local, de âmbito autárquico ou regional. E o outro partido que se localiza na direita do sistema partidário, o CDS, não pode aspirar a mais do que a oferecer a sua participa-

ção em alianças, única possibilidade de ter acesso a lugares do poder (mas apenas pelo período estritamente necessário para que haja um poder executivo protegido por uma maioria absoluta no Parlamento).

Este padrão estrutural gera duas possibilidades diferentes de interrelação entre os dois partidos centrais, PS e PSD, mas que devem ser analisadas tendo em conta também o poder de intervenção reguladora do Presidente da República, a quem está atribuído o poder-dever de assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas. No exercício desse poder regulador, assente na avaliação da evolução política, o Presidente da República interfere no calendário eleitoral normal – no caso português, em doze eleições legislativas, seis foram antecipadas, o que confirma o relevo do papel presidencial na marcação dos tempos que contam para influenciar a dinâmica das relações entre os partidos. É para as relações entre os dois partidos centrais que este poder presidencial se mostra decisivo, na medida em que um deles estará a exercer o poder no período em que é decidida a alteração do calendário eleitoral, o que, em geral, significa que estará mais vulnerável o que é avaliado negativamente em relação aos resultados da sua governação, quando a data das eleições é antecipada, esteja isolado ou numa coligação em que será a parte dominante.

A primeira dessas possibilidades é a que corresponde à sobreposição dos dois espaços partidários que, na sua forma extrema, corresponde à aliança dos dois partidos num bloco central, mas que também tem uma forma mais comum que é a que corresponde a duas áreas de influência hegemónica que se adicionam, onde o partido dominante nessa área é um pólo de atracção de redes de interesses e de eleitorado. É o que se representa na figura seguinte, onde se deve salientar que a resistência dos pequenos partidos é menor no espaço de domínio hegemónico do PSD do que no espaço de hegemonia do PS.

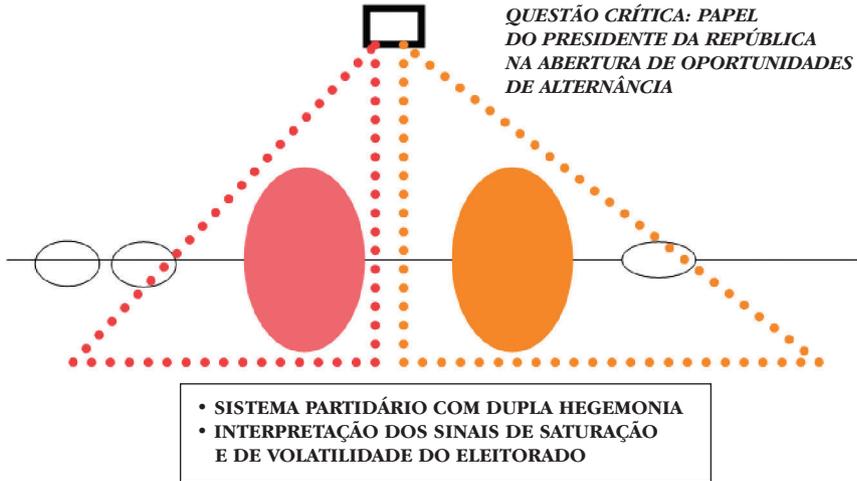
Numa coligação dos dois partidos centrais, as suas áreas de influência sobrepõem-se formando uma coligação excessiva, que tende mesmo a ultrapassar a maioria qualificada necessária para uma revisão constitucional, um indicador relevante da amplitude desta fórmula de poder. É uma concentração de poder extraordinária, mas vulnerável ao descontentamento (se as redes de interesses que estão no seu interior não encontram a satisfação dos seus objectivos), à oposição bilateral (porque as críticas dos partidos excluídos ganham um relevo desproporcionado em relação ao seu peso eleitoral efectivo) e algum dos dois partidos, ou mesmo ambos em simultâneo, podem concluir que têm mais a ganhar rompendo a aliança do que continuando a não obter os resultados anunciados e esperados. Para resolver o bloqueamento provocado pela acumulação do descontentamento ou para permitir que um dos dois partidos coligados tenha a oportunidade de se libertar, a colaboração do Presidente da República é



essencial e consiste na decisão de antecipar eleições, dissolvendo o Parlamento. Foi o que aconteceu com duas coligações de maioria absoluta do PSD com o CDS (em 1983 e em 2005) e com a coligação do Bloco Central em 1985.

A segunda possibilidade é a que permitira obter uma dinâmica estável no sistema partidário português, separando os dois partidos centrais de modo a estabelecer duas áreas de hegemonia que permitissem uma alternância efectiva entre dois modos de condução política. Esta possibilidade é ilustrada na figura seguinte.

Se cada um dos partidos centrais assumir o seu papel de alternativa efectiva, o campo político ficaria segmentado em duas partes com a fronteira ao centro e o sistema partidário passaria a ter duas áreas de aliança potencial se nenhum dos partidos obtiver a maioria absoluta – ou seja, cada grande partido teria uma área própria de influência onde exerceria uma função de hegemonia, formulando programas e estratégias para essa área política. Esta fixação das raízes dos dois partidos maiores no seu espaço político próprio é a condição para que haja inovação e criatividade no plano das ideias, dos programas e das estratégias. Mas também é a condição para que os protagonistas políticos assumam os seus papéis democráticos, quando no poder e quando na oposição, sem migrarem de uma área de influência para a outra em função dos lugares oferecidos por quem exercer o poder e sem se deixarem capturar por redes de influência e de protecção que reservam a uns e a outros lugares gratificantes em troca da sua convivência ou



do seu silêncio. Trata-se, em suma, de uma condição de responsabilidade democrática, sem a qual não há alternativa quando é preciso afastar os que falharam.

A alternativa efectiva no poder, a mudança de poder que não se traduza na circulação dos mesmos protagonistas e na repetição das mesmas políticas (originais ou imitadas com adaptações), seria accionada pelos sinais de saturação com o exercício do poder e com os seus resultados, sinalizando a volatilidade do eleitorado – ou seja, anunciando que a realização de eleições, na data prevista ou antecipada, conduzirá a outra composição do poder. Para que este processo de regulação democrática possa estar operativo, é necessário que não haja sobreposição partidária ao centro e que o Presidente da República use o seu poder de garante do regular funcionamento das instituições democráticas. No caso do sistema partidário português, estas condições só existirão se uma avaliação da trajectória seguida até ao presente mostrar, pelos resultados obtidos, que o PS deve abdicar da vantagem posicional que lhe é oferecida pela dupla assimetria que existe no sistema partidário e que o Presidente da República só poderá assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas se souber corrigir as consequências da dupla assimetria do sistema partidário.

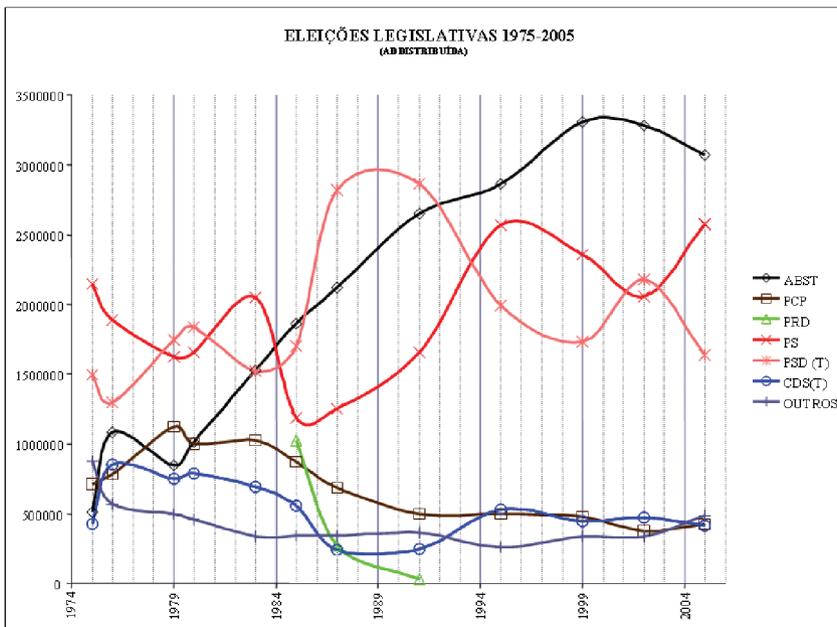
Se não houver alternativa efectiva no poder, a noção de que a política é a arte do possível continuará a sobrepor-se à noção de que a política se justifica pela qualidade dos seus resultados – isto é, não interessa quem governa, mas sim como se governa. Estabelecer que a política é a arte do possível é uma forma de resignação à força das coisas, pactuando com a sobreposição no centro e com a penetração nas instituições do poder das redes de influência e protecção.

Perfis eleitorais e crescimento económico

Os movimentos dos partidos no campo político são confirmados ou rejeitados pelo eleitorado, pois esses movimentos são decididos com a finalidade de corresponder ao que se considera serem os interesses e as expectativas dos eleitores. Nesta perspectiva, analisar o que é o registo eleitoral constitui o melhor comentário sobre a dinâmica de um sistema partidário e sobre a interrelação das diversas culturas partidárias. No caso português, há doze observações de eleições legislativas – devendo salientar-se que seis foram eleições antecipadas, o que é um indicador de forte instabilidade. É o que se pode ver no gráfico seguinte, onde os valores considerados são número de eleitores por partidos e número de abstencionistas, o que permite dispensar a análise das distorções introduzidas pela legislação eleitoral (que se reflecte no número de deputados que correspondem a estes votos).

Na fase inicial desta história eleitoral, até 1985 (momento de alteração do formato do sistema partidário com a introdução de um novo partido, o PRD, que desaparece duas eleições depois, mas também momento de alteração do contexto estratégico e dos temas de referência com a integração europeia), a partici-

História eleitoral: 12 eleições, 6 antecipadas



Os valores da AD em 1979 e 1980 são distribuídos entre o PSD e o CDS na proporção dos seus pesos relativos nas outras eleições em que concorreram separados

pação eleitoral é elevada e a distribuição de votos é relativamente dispersa, ainda que já se destaquem dois partidos dominantes. A segunda fase desta história eleitoral, que se estende até ao presente, poderá ser considerada como uma fase de maturação: dois partidos claramente dominantes, os outros partidos perdendo relevância em relação à primeira fase e com um número de eleitores estável e semelhante desde as eleições de 1991. A abstenção teve uma evolução de crescimento continuado até que, nas duas últimas eleições (na penúltima com a alteração dos cadernos eleitorais) houve um movimento descendente.

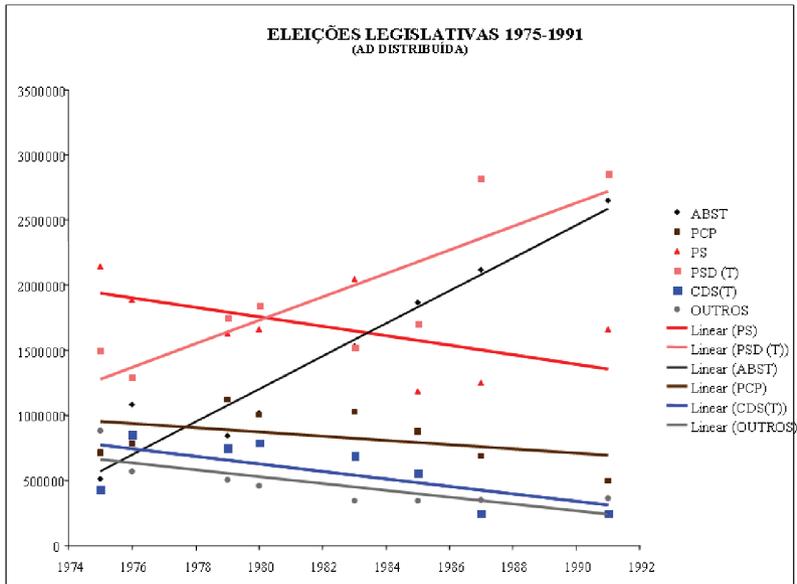
O traço mais saliente neste gráfico é a oscilação, de grande amplitude, entre os dois maiores partidos, PS e PSD. A mobilidade do eleitorado mostra fases de mobilização e fases de rejeição, com a confiança inicial a ser seguida pelo desencanto e pela passagem dos eleitores para o outro partido – mas não para nenhum dos pequenos partidos. Ou seja, os eleitores replicam (e consolidam) o que se podia deduzir do formato do sistema partidário, confirmando que as culturas partidárias estão efectivamente integradas na cultura política portuguesa.

A amplitude das oscilações na votação dos dois maiores partidos e o elevado valor da abstenção abrem a possibilidade de uma parte da explicação dessas oscilações no voto partidário estar no modo como se forma a abstenção. O modo mais elementar de analisar essa ligação está na comparação das respectivas linhas de tendência, o que se vê nos dois gráficos seguintes. O primeiro gráfico cobre o período 1975-1991, verificando-se que o crescimento da abstenção coexiste com o crescimento do PSD e com a perda de eleitores em todos os outros partidos.

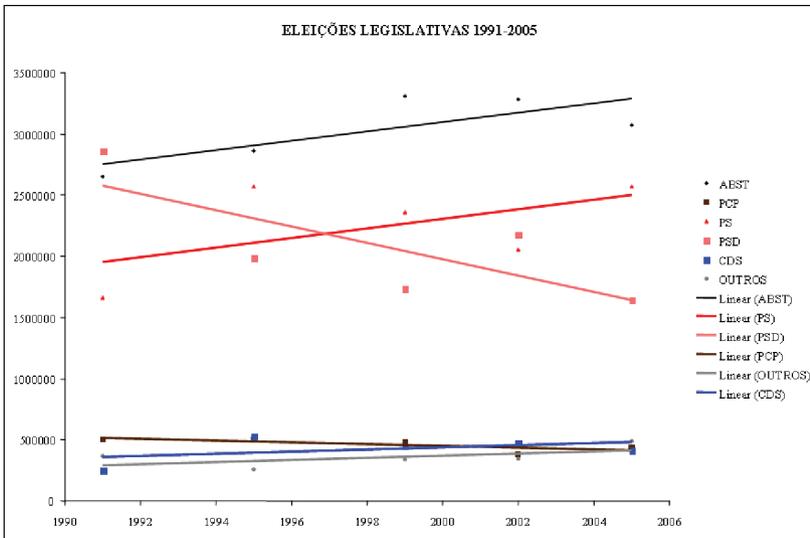
No segundo gráfico, que se refere ao período 1991-2005, a estrutura das tendências é muito diferente. Agora, o crescimento da abstenção coexiste com a perda de eleitores pelo PSD, com o aumento de eleitores do PS e com a estabilidade do número de eleitores dos outros partidos.

Esta variação da abstenção, como modo de expressão da desilusão com o voto anterior, justifica que se estabeleça a distinção entre a abstenção genuína (que manifesta o desinteresse pelas questões políticas) e a abstenção política (que manifesta a rejeição do voto anterior, mas não se traduz na mudança de voto noutro partido). A abstenção genuína tende a aumentar com a maturação de um sistema político, uma tendência que só se interrompe quando as circunstâncias introduzem algum factor de novidade que volte a atrair a atenção e a vontade de participar daqueles que tinham optado pelo silêncio. A abstenção política, pelo contrário, é uma forma conjuntural de participação, em que a abstenção é uma escolha feita para essas circunstâncias específicas, quando não há razão ou motivação para votar de acordo com a convicção. Isto é, não há mobilização, mas persiste uma relação de fidelidade – e o modo de conciliar estes dois sentimentos é escolher o silêncio da abstenção. Esta racionalização individual,

Tendências 75-91



Tendências 91-05



quando se generaliza em grandes números, vai amplificar a amplitude dos movimentos entre eleições, sobretudo se estas atitudes incidem sobre dois partidos vizinhos que se diferenciam pela sua capacidade conjuntural de mobilização dos seus eleitores. Neste sentido, a abstenção, que é uma escolha pelo silêncio, tem-se revelado uma expressão forte na história eleitoral portuguesa, confirmando o papel da desilusão e da frustração das expectativas nos movimentos do eleitorado.

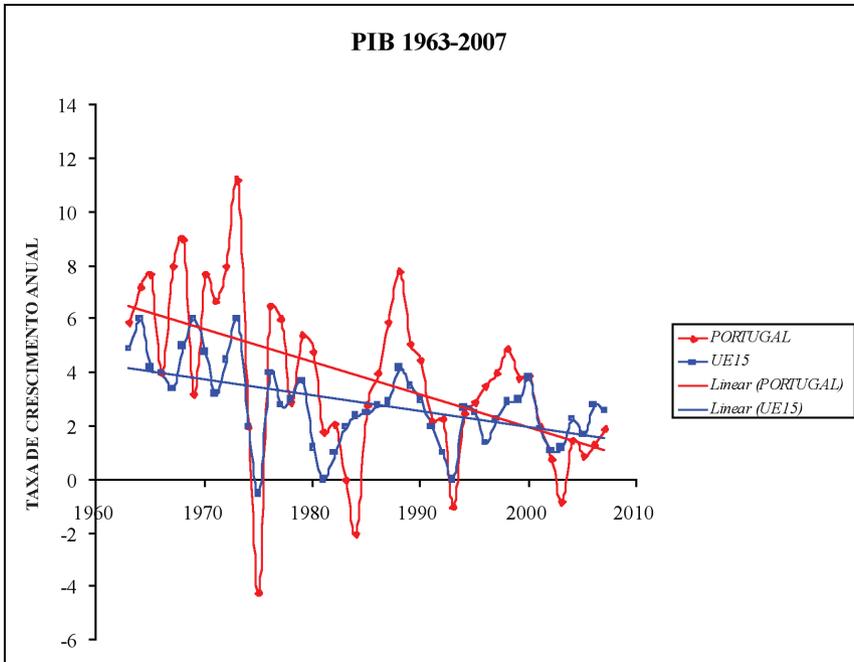
A dinâmica do sistema político é o resultado da articulação de várias dimensões da acção política ou dos movimentos no campo político, desde as variações das posições dos partidos às respostas programáticas e estratégicas induzidas pelas alterações dos temas políticos e das clivagens, desde o papel dos protagonistas políticos até às inter-relações das culturas partidárias no interior da cultura política da sociedade, desde a variação das expectativas dos eleitores até às pressões de mudança induzidas pelos ritmos de evolução no exterior. Todas estas dimensões são necessárias para descrever e interpretar os acontecimentos políticos que são pontos relevantes dessa dinâmica e constituintes da trajectória da sociedade. Contudo, todos estes movimentos e acontecimentos ocorrem com um pano de fundo que é constituído pelos resultados efectivamente obtidos, que contrastam com a retórica dos discursos políticos e com as narrativas mobilizadoras com que os agentes políticos justificam os seus programas, as suas estratégias e as suas promessas. Este pano de fundo é a realidade e, com excepção dos períodos históricos de grande estabilidade, raramente a realidade corresponde às narrativas políticas. Onde os dispositivos de regulação operarem com eficácia, respeitando as condições do seu regular funcionamento, estes desvios entre o anunciado e o realizado constituem os objectivos políticos de correcção – tão importantes e tão dignos como os objectivos políticos mobilizadores do entusiasmo e das emoções das populações. Se estes objectivos são estimulantes, os outros não são menos relevantes, pois nada de consistente se concretiza se os desvios não forem corrigidos. Pelo contrário, se os dispositivos de regulação forem desactivados ou forem neutralizados, a decisão política e os discursos legitimadores separam-se da realidade e passam a ser construções imaginárias que não podem concretizar o que anunciam.

A identificação do pano de fundo pode ser feita com diferentes baterias de indicadores, mas aqueles que fornecem informações mais rápidas e precisas são a taxa de crescimento anual do produto interno bruto (um indicador agregado de vitalidade da economia, que condiciona as possibilidades de decisão política e a formação das expectativas na sociedade) e a comparação, para este mesmo indicador, com o que é obtido em sociedades vizinhas (o que permite identificar o desvio em relação ao que seria o potencial de crescimento). No caso português, é muito acentuado o contraste entre o pano de fundo e a boca de

cena – isto é, entre os resultados efectivos das decisões políticas e o que são os discursos formulados pelos decisores políticos.

Na perspectiva do longo prazo, a evolução da economia portuguesa seguiu uma trajectória normal em relação à evolução da economia europeia (neste gráfico, os quinze Estados da União Europeia) até ao fim da década de 1990: porque desenvolvia uma estratégia de recuperação do atraso histórico e porque podia realizar programas de modernização tendo por modelo as outras economias europeias mais evoluídas, houve um longo período de convergência, com a economia portuguesa a obter taxas de crescimento anuais superiores às deste grupo de economias europeias. Uma trajectória normal não tem de ser uma estratégia óptima, sem incidentes e acidentes e, em diversos períodos, o crescimento potencial da economia portuguesa não foi aproveitado, por razões políticas e sociais. A partir do fim da década de 1990, porém, a economia portuguesa perde vitalidade, apesar de as outras economias europeias mais desenvolvidas também terem baixas taxas de crescimento anual. Desde esse período crítico, a economia portuguesa obtém crescimentos anuais inferiores aos das economias europeias de referência nesta análise comparativa.

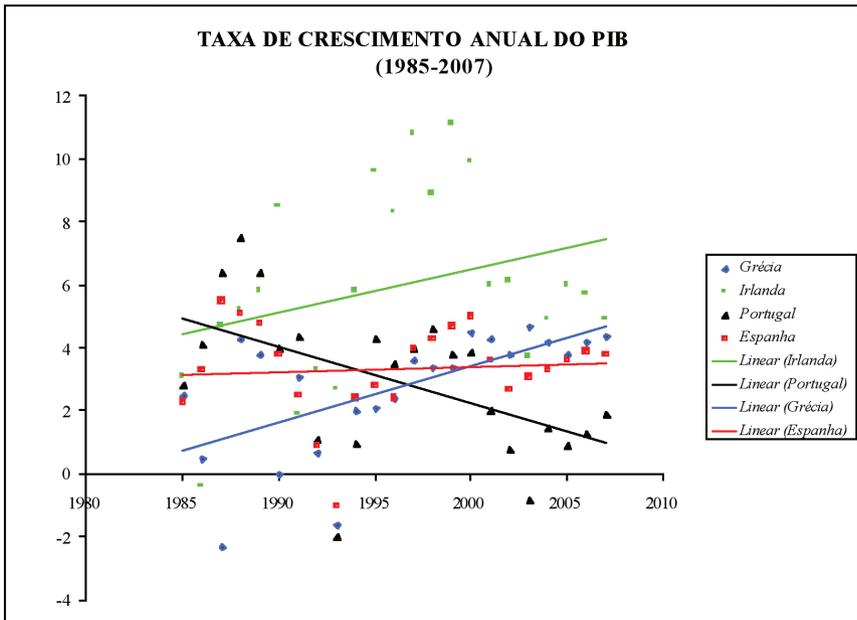
O impulso positivo da integração europeia para economia portuguesa e,



depois, o efeito de riqueza gerado pela diminuição da taxa de juro por integração na moeda única europeia, não tiveram continuidade e não aparece no horizonte nenhum outro estímulo de intensidade comparável aos anteriores – que, como se verifica, não foram suficientes para sustentar um processo de modernização e para conseguir pelo menos a convergência com as economias europeias de crescimento lento.

Não teria de ser assim, como se pode ver, observando a evolução de economias que evoluíram no mesmo contexto da economia portuguesa, com o mesmo tipo de apoios comunitários e com estruturas económicas que, no ponto de partida em 1985, não eram muito diferentes. É o que se pode ver no gráfico seguinte, que compara as trajetórias das economias de Portugal, de Espanha, da Irlanda e da Grécia (com dados do Eurostat de 2007). Este gráfico comparativo mostra que a entrada no século XXI marca o início de um período de grandes dificuldades para Portugal, constituindo um desafio de primeira grandeza para a qualidade da democracia portuguesa, obrigada a regular um desvio insustentável em relação às outras sociedades europeias.

Concluídos os três passos anunciados no início deste texto, é a crise de regulação que aparece como a questão central na política portuguesa. Não há regular funcionamento das instituições democráticas quando desvios continuados



entre o que se anuncia e o que se realiza persistem sem que haja medidas correctivas. Esta neutralização ou desactivação dos dispositivos de regulação – desde a vigilância crítica de analistas, técnicos e intelectuais até à ineficiência dos tribunais, desde a fiscalização pelos jornalistas até ao sentido de honra e de responsabilidade dos dirigentes políticos – é um indicador de que as redes de interesses e protecção penetraram nas entidades políticas – e, em primeira linha, os partidos políticos –, desenvolvendo as suas agendas próprias, particulares e conjunturais, sem poderem estruturar padrões de viabilidade para a sociedade, como se confirma com a falta de vitalidade do crescimento económico.

Neste contexto de distorção da regulação, as diferenciações partidárias tornam-se artificiais e oportunistas, afirmadas em função de interesses eleitorais e não em termos de consistência estratégica. A forma mais elaborada da artificialização destas diferenciações partidárias manifesta-se na dupla assimetria do sistema partidário português: não há coligações à esquerda e o PS é o partido que se coloca numa posição em que pode impedir a concretização de programas políticos liberais e conservadores (com o apoio dos outros partidos de esquerda) quando partidos localizados na direita estão no poder, mas também é o PS o partido que pode aprovar medidas de política de índole liberal e conservadora a que os partidos de direita não se podem opor e a que os outros partidos de esquerda não têm força eleitoral suficiente para se oporem. Este é um padrão repetido na história política portuguesa, é um atributo específico da cultura do socialismo português e revela-se independente das circunstâncias históricas e dos protagonistas que corporizam esta cultura partidária.

Na sua função de primeira instância de regulação democrática, o eleitorado português tem procurado variar as suas opções de voto na tentativa de encontrar uma fórmula de poder eficaz. O recurso à antecipação de eleições é, só por si, confirmação da crise de regulação: o que não é resolvido pelas instituições democráticas tem de ser decidido por consulta ao eleitorado – a quem, no entanto, é oferecido (com uma única excepção, em 1985) o mesmo conjunto de partidos para legitimar os detentores do poder dentro de um quadro fechado.

As culturas partidárias – nos seus fundamentos, nas suas bases sociais de apoio e nas suas consequências – revelam raízes históricas fortes, replicando dinâmicas que se conhecem de outros períodos. Quando se consideram as características e condições estruturais do campo político português, a trajectória seguida pelo sistema democrático não apresenta factores surpreendentes – e a única surpresa é que tantos tenham feito tantos esforços para não verem o que sempre foi visível. Não se pode excluir que, como noutros períodos históricos, as consequências desta repetição agravem os indicadores de perda de vitalidade da economia e de crise na sociedade até ao ponto em que a continuidade deixa de

ser possível. Esse será o ponto de refundação da democracia, o ponto em que se aceitam sem disfarces, e se regulam sem ilusões, as culturas partidárias.

Bibliografia

- AGUIAR, Joaquim, *A Ilusão do Poder, 1976-1982*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983.
- _____, *Fim das Ilusões, Ilusões do Fim 1985-2005*, Lisboa, Aletheia Editores, 2005.
- BADIE, Bertrand, «Formes et transformations des communautés politiques» in Madeleine GRAWITZ et Jean LECA (orgs.), *Traité de Science Politique*, vol. 1, Paris, PUF, 1985.
- BARRETO, António—FREIRE, André—LOBO, Marina Costa—MAGALHÃES, Pedro (orgs.), *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses*, Lisboa, ICS, 2002.
- BRUNEAU, Thomas (org.), *Political Parties and Democracy in Portugal*, Boulder, Westview Press, 1997.
- CRUZ, Manuel Braga da, *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Lisboa, Bertrand Editora, 1995.
- FREIRE, André, *Mudança Eleitoral em Portugal: clivagens, economia e voto em eleições legislativas, 1983-1999*, Oeiras, Celta Editora, 2001.
- FREIRE, André—LOBO, Marina Costa—MAGALHÃES, Pedro (orgs.), *Eleições e Cultura Política*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- FREIRE, André—LOBO, Marina Costa—MAGALHÃES, Pedro (orgs.), *Portugal a Votos: as eleições legislativas de 2002*, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- FREIRE, André, e MAGALHÃES, Pedro, *A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- GALLAGHER, Tom, «The Portuguese Socialist Party: the pitfalls of being first», in T. GALLAGHER & A. WILLIAMS (orgs.), *Southern European Socialism*, Manchester, Manchester University Press, 1989.
- JALALI, Carlos, *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- LIPSET, Seymour M., & ROKKAN, Stein (orgs.), *Party Systems and Voter Alignments; cross-national perspectives*, Nova Iorque, The Free Press, 1967.
- LOBO, Marina Costa, «A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas», in *Análise Social*, vol. XXXI, n.º 139, 1996.
- MAGONE, José, *European Portugal: the difficult road to sustainable democracy*, Basingstoke, MacMillan Press, 1997.
- MARTINS, Manuel Meirinho, *Participação Política e Democracia: o caso português. 1976-2000*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004.
- SARTORI, Giovanni, *Parties and Party Systems: a framework for analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976.
- VALA, Jorge—CABRAL, Manuel Villaverde—RAMOS, A., *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.